



Universidade Fernando Pessoa  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

### **Projeto de Graduação**

O roubo a residências: Uma abordagem direcionada a esclarecer e prevenir.

Maria Isabel Vieira De Carvalho  
Nº 21554

Porto 2011/2012



Universidade Fernando Pessoa  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

### **Projeto de Graduação**

O roubo a residências: Uma abordagem direcionada a esclarecer e prevenir.

Projeto de Graduação apresentado à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Fernando Pessoa, como parte dos requisitos para a obtenção do 1º Ciclo de Estudos em Criminologia sob orientação da Professora Doutora Maria Francisca Rebocho.

Maria Isabel Vieira De Carvalho  
Nº 21554

Porto 2011/2012

## Agradecimentos

À minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria Francisca Rebocho, um muitíssimo obrigada por toda a dedicação e todo o entusiasmo em ajudar-me neste grande passo da minha vida, e por todo o carinho e confiança que me transmitiu todas as vezes que precisei de ajuda na elaboração deste projeto, obrigada por tudo;

À Prof.<sup>a</sup> Doutora Glória Jólluskin, que dedicou algum do seu tempo precioso a ajudar-me, foi um grande contributo poder contar com os seus conhecimentos, muito obrigada;

Aos meus pais, meus confidentes e apoiantes que eu amo tanto, um muitíssimo obrigada por estarem sempre ao meu lado quando eu mais precisei, e me darem todo o amor e carinho que necessito. Vocês sempre acreditaram que eu chegaria onde estou agora, devo-vos a minha vida e tudo o que alcancei;

Aos meus amigos, que sempre se mantiveram ao meu lado, aqui deixo um grande obrigada pelas ideias e ajudas que obtive de vocês e um muito obrigada pela paciência que às vezes necessitei, durante a elaboração deste projeto.

## Índice

Resumo	1
Siglas	2
Introdução	3
I- Enquadramento teórico	4
1.1- Teorias Ambientais	4
1.2- Planeamento Urbano e a Prevenção Criminal	14
1.3- Como evitar uma situação de roubo a uma residência	16
1.4- Como lidar perante uma situação de roubo a residência	17
II- Estatísticas Criminais	18
2.1- A Criminalidade segundo diversas categorias	18
2.2- Criminalidade Violenta e Grave	18
2.3- A Criminalidade Participada em países da União Europeia	18
2.4- Análise de dados	19
III- Tipologias Criminais- <i>Modus – Operandi</i>	21
IV- Caracterização da PSP	24
4.1- Atribuições da PSP	24
4.2- Policiamento de Proximidade	27
4.3- Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade (MIPP/PSP)	28
4.4- 18ª Esquadra- 2ª Divisão- Viso	30
V- Legislação	31
VI- Plano de Prevenção	32
6.1- Descrição da População	34
6.2- Descrição da Comunidade de Ramalde do Porto	34
6.3- Procedimentos	35
6.4- Avaliação de Necessidades	35
6.5- Objetivos	36

6.6- Descrição de prevenção de roubos a residências-----	37
6.7- Estratégias-----	38
6.8- Recursos Humanos e Materiais-----	44
VII- Orçamento-----	44
7.1- Recursos Humanos-----	45
7.2- Recursos Materiais-----	45
VIII- Cronograma-----	46
IX- Avaliação do Projeto-----	48
X- Análise Crítica do Projeto-----	50
Conclusões Finais-----	52
Bibliografia-----	53
ANEXOS-----	57
ANEXO 1- Levantamento Demográfico do Setor dos Castelos -----	58
ANEXO 2- Fotografia do Sector dos Castelos -----	59
ANEXO 3- Lista de Arruamentos -----	60
ANEXO 4- Flyer Informativo dos MIPP/PSP -----	61
ANEXO 5- Requerimento de Parceria-----	62
ANEXO 6- Requerimento de Patrocínio-----	63
ANEXO 7- Classificação para as avaliações-----	64
ANEXO 8- Avaliação do plano preventivo (mensal)-----	65
ANEXO 9- Avaliação final do plano preventivo-----	66
ANEXO 10- Legislação-----	67
ANEXO 11- Quadros relativos à estatística-----	68
ANEXO 12- Gráficos relativos à estatística-----	69

## **Índice de Figuras**

Figura nº 1-----	30
------------------	----

---

## **Resumo**

O presente projeto tem como objetivo enquadrar a questão da prevenção e intervenção na tipologia criminal dos roubos a residências, demonstrando de que forma este se pratica e de que forma pode ser prevenido. Para além do enquadramento teórico acerca da temática, será realizado um plano preventivo, do ponto de vista social e situacional, de forma a dar resposta a este enigma criminal que, apesar da sua facilidade de execução, ainda não é por norma um tema muito desenvolvido na comunidade científica portuguesa.

## **Resume**

This project aim at framing the issue of prevention and intervention in the criminal type of home burglaries, demonstrating how this is committed and how it may be prevented. Apart from the theoretical framework on the subject, a preventive plan will be designed, from the social and situational standpoint, to respond to this criminal puzzle, which, while easily implemented, is not normally a very developed issue in the Portuguese scientific community.

## **Siglas**

PSP- Polícia de Segurança Pública

JFR- Junta de Freguesia de Ramalde

OFT- Teoria do Forrageamento Ótimo

MIPP- Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade

EPAV- Equipas de Proximidade e Apoio às Vitimas

EPES- Equipa de Proximidade Escola Segura

## Introdução

Este projeto de Graduação tem como tema “O roubo a residências: Uma abordagem direcionada a esclarecer e prevenir” e o seu principal objetivo é desmistificar as razões para tal fenómeno ocorrer e o *Modus Operandi* destes criminosos, definindo a sua forma de atuação para, numa fase posterior, ser criado um modelo preventivo assente na prevenção social e na prevenção situacional por parte de potenciais alvos.

Este é um tema atualmente pertinente devido ao aumento exponencial deste tipo de crime e ao fato de ser uma temática ainda não muito desenvolvida na comunidade científica portuguesa. Assim, este torna-se um desafio tanto profissional como pessoal para a aluna, que pretende dar a conhecer o mundo criminal destes indivíduos que, por razões várias, tendem a cometer este tipo de crime.

De forma ao objetivo deste projeto ser alcançado, terão de ser dadas respostas a perguntas relacionadas com o tema, como: “o que é o *Modus Operandi*?”, “que tipo de crimes estes sujeitos cometem?”, “quais as causas para este fenómeno ocorrer?”, “qual o modo de execução destes crimes?”, “quem o pratica?”, “que consequências advém para as vítimas?”, “de que forma a lei combate estes crimes?”, “que tipo de programas preventivos existem?”, “o que fazer para ajudar a mudar esta situação?” e “qual o melhor modelo preventivo a aplicar?”. Para tais perguntas serem devidamente respondidas, os métodos e as técnicas a utilizar serão baseadas na revisão bibliográfica que, apesar de não existir literatura em abundância nesta área, fornece uma visão alargada em múltiplos livros e artigos científicos pertencentes á Polícia de Segurança Pública, ao INE e a autores consagrados no estudo desta tipologia criminal.

Todo este Projeto foi redigido em 30 dias, tendo sido entregue dia 1 de Outubro de 2012 e apesar do tempo não abundar, dado que em trabalhos científicos todo o tempo é precioso, foi possível concretizar todas as etapas deste projeto inicialmente propostas com sucesso.

Assim, foi possível concluir que, com dedicação, podem-se encontrar soluções para minimizar a ocorrência de certas tipologias criminais, e que é possível elaborar modelos preventivos assentes não só na prevenção situacional como também na prevenção social, conduzindo à intervenção por parte não só da comunidade científica como também da sociedade em geral.

## **I- Enquadramento teórico**

Existem muitas teorias que pretendem dar explicação ao fenómeno crime e abordam o seu autor, enquanto outras tentam responder a outro tipo de perguntas, tais como o porquê de serem cometidos crimes num determinado lugar, como são cometidos e o porquê da seleção de um determinado alvo.

Uma teoria existente com fim a responder a estas perguntas deriva da teoria que é utilizada em ecologia comportamental, designada como a Teoria do Forrageamento Ótimo. Esta tenta expor hipóteses acerca da especialização do ofensor, do espaço e tempo despendido e qual a influência que as forças da autoridade exercem sobre os mesmos, nomeadamente em relação aos seus padrões de comportamento (Bernasco, 2009).

Existem teorias de cariz etiológico que se baseiam no criminoso, no autor do crime, ou seja no “quem comete os atos criminalizados pela lei”, e por outro lado, existem teorias de cariz ambiental que pretendem responder a perguntas acerca das circunstâncias do crime (quando, onde, como e contra quem?) e não se baseiam apenas no autor do crime. Assim, dado que se revelam semelhanças entre as perguntas realizadas na ecologia comportamental e nas questões criminológicas ambientais, será importante abordar os vários lados da criminologia, de forma a perceber e entender o fenómeno crime (Bernasco, 2009).

### **1.1- Teorias ambientais**

No que diz respeito às teorias ambientais, o ato criminal surge a partir de atividades legais e seus padrões comuns, assim, o crime torna-se uma “coincidência sistemática”. No entanto, e de acordo com inúmeros estudos etnográficos, muitos dos infratores não escolhem um determinado alvo de forma aleatória, mas sim de forma consciente e planeada, apresentando-se então como uma objeção á teoria proposta inicialmente (Bernasco, 2009).

A criminologia ambiental explica as propensões criminógenas de certos locais como resultado do aumento da criminalidade e as atividades que atraem um número maior de ofensores (Ratcliffe e McCord, 2009) e tem mais aplicação na prevenção do crime, orientando-se mais para o planeamento e policiamento do que outros estudos que tentavam explicar apenas a motivação criminosa (Ratcliffe e McCord, 2009).

Até à data, a criminologia ambiental tem sido dominada por três abordagens que pretendem explicar a aglomeração e a localização do crime. Estas são a perspectiva da escolha racional, a teoria das atividades rotineiras e a teoria dos padrões criminais. Juntas, estas defendem que o crime é gerado devido a hábitos diários que lhes estão associados e ao número de pessoas que estes atraem (Ratcliffe e McCord, 2009).

A teoria da escolha racional é utilizada para responder a perguntas feitas no seio da criminologia ambiental. Esta respeita todas as formas de comportamento afirmando que estes resultam de uma escolha feita pelo agente com o objetivo de alcançar uma determinada meta, para isso, o agente faz pesar as vantagens e desvantagens que resultam e advêm do ato a cometer. No entanto, esta teoria é por si só subjetiva, o que faz com que necessite de ser corroborada por outra teoria, utilizada de forma suplementar, fornecendo ajuda na aplicação da inicial. Esta chama-se teoria do forrageamento ótimo (OFT) que procurava inicialmente dar explicação a de que forma os animais atendem às suas necessidades de alimento, e que pode ser aplicada ao delito (Bernasco, 2009).

Esta é um ramo da biologia que atende a estudar os padrões de comportamento atendendo à sua base evolutiva e ecológica e tal como o núcleo da teoria racional, o núcleo desta deriva do conceito neo-clássico do comportamento orientado. Os pressupostos gerais da OFT baseiam-se na explicação de como esta pode fornecer informações acerca da localização espacial de potenciais alvos, da localização e do tempo utilizado aquando o comportamento criminal.

Esta assenta em dois princípios, sendo estes a seleção natural e a otimização e explica de que forma as estratégias de forrageamento são influenciadas pelas restrições ecológicas. Será então necessário verificar até que ponto esta teoria pode, na prática, ser aplicada aos comportamentos criminosos, nomeadamente aos roubos residenciais.

O elemento comum a todos os crimes é efetivamente o valor do produto roubado, que serve como aliciamento, mas esta poderá não ser a única explicação plausível para tal se suceder pois a experiência de novas sensações e o exercício da violência poderá estar também na origem do ato criminal. No entanto, e apesar de desenvolvimentos na área metodológica do crime, ainda não existe uma teoria que explicita de forma concreta o porquê de certos padrões de especialização ocorrerem e outros não. O objetivo desta teoria é entender o grau de especialização dos infratores, devendo serem distinguidos

vários tipos de crime, em relação aos objetivos. Se o objetivo desta teoria é, de acordo com um tipo específico de crime, investigar a especificidade da seleção de potenciais alvos, deverão então ser distinguidos de acordo com várias teorias, sendo que, nesta temática em particular, a teoria deverá distinguir os vários tipos de habitações a roubar (Bernasco, 2009).

O modelo de Pach, ou teorema do valor marginal é um modelo de investimento ideal de tempo em manchas. Este era um modelo usado inicialmente para os animais, mas que pode ser aplicado ao mundo criminal, dado que é uma variável a escolha do equivalente criminológico de um sistema transdérmico. Neste tipo de crime, por exemplo, devido ao arrombamento, uma habitação pode ser considerada um sistema transdérmico e portanto pode ser aplicado. O fenómeno a ser explorado é, neste caso, o tempo despendido dentro da habitação, sendo que em relação a este facto existem duas hipóteses. A primeira refere que o ladrão permanecerá mais tempo dentro da residência quantos mais objetos de valor existirem, a segunda refere que o tempo despendido na habitação será maior quantas menos casas semelhantes existirem. Para além destas pode-se também ter em conta que o tempo despendido dentro desta será maior de acordo com o tempo que é necessário para conseguir entrar na mesma (Bernasco, 2009).

Os padrões de arrombamento afirmam que normalmente os assaltantes cometem múltiplos roubos na mesma área imediatamente ou pouco tempo depois de terem cometido o primeiro, permanecendo assim neste caso, uma questão importante e que necessitaria de ser estudada: Porque razão param de cometer estes atos de forma repentina? A resposta a esta questão prende-se com a dificuldade que o assaltante começa a sentir em encontrar alvos e a diminuição dos objetos possivelmente obtidos. Para além destas questões, a relação entre onde os ofensores cometem os crimes e onde estes habitam constitui-se também um subtema essencial na temática da criminologia ambiental (Bernasco, 2009).

Os modelos que existem de forrageamento em OFT parecem então ser aplicáveis à seleção de alvos em crimes contra a propriedade e aos seus hábitos de movimentação. Assim, os ofensores podem operar partindo de uma base fixa e voltar lá frequentemente, mesmo que esta seja provisória. Existem hipóteses elaboradas neste tema sendo a primeira o facto de que, de acordo com a distância para a base, aumenta o valor mínimo aceitável dos objetos, sendo que os maiores lucros provenientes dos atos criminais estão

associados a maiores distâncias percorridas para o cometer. A segunda afirma que mais tempo será despendido no local de crime quanto maior for a distância entre este e a base do ofensor sendo que uma das limitações desta hipótese é que existem muitas mais capacidades de transportar objetos se o ofensor possuir veículo próprio.

Apesar de todas estas explicações, no ponto de vista do autor, a OFT necessita de uma nova adaptação, dado que deve existir um balanço entre as escolhas que são feitas e em que os critérios se baseiam. Avaliando o comportamento dos ofensores, a intensidade da sua conduta criminosa diminuí quando existem maiores possibilidades de irem para a prisão (Bernasco, 2009). Assim, será necessário compreender se a OFT entrará em confronto com a teoria da escolha racional devido às suas semelhanças, dado que a OFT é baseada nos princípios de maximização de benefícios, inteiramente ligada com a teoria da escolha racional.

Para além deste ponto, deverão existir estratégias que envolvam a propriedade da comissão e do forrageamento, dado que não se pode comparar todos os comportamentos animais irracionais, aos humanos, pois de uma forma simplista e clara, procurar alimento é preciso, mas roubar não, pode ser perfeitamente evitável e existem legalmente alternativas disponíveis que apoiem estas pessoas, em vez de recorrerem ao delito. Existem então hipóteses verificáveis pela OFT como é o caso da especialização e da versatilidade que surgem a partir da escassez de alvos que conduzem a novas questões e hipóteses (Bernasco, 2009).

Tentando aperfeiçoar as metodologias anteriores, foram aplicados testes estatísticos com vista a fazer comparações entre os tipos de crime, o uso da terra e as jurisdições. Estes têm como objetivo analisar a intensidade de valor, e melhorar os métodos de análise existentes para descrever os agrupamentos de incidentes de crime. Estes grupos são responsáveis pela elevação da taxa de crime numa determinada área e este estudo pode ajudar na compreensão da ecologia do crime de forma a permitir uma resposta mais clara e eficaz pelos agentes que estão responsáveis por controlar a criminalidade. (Ratcliffe e McCord, 2009).

Já no século IX vários pesquisadores franceses observaram que as diferentes características sociais e ecológicas estavam relacionadas com a distribuição não uniforme de crime em todas as regiões. Posteriormente a Escola de Chicago concluiu

que as características do ambiente urbano eram responsáveis por áreas que apresentavam altos índices de criminalidade (Ratcliffe e McCord, 2009).

Mais recentemente foi tentado explicar o agrupamento como o resultado para atos criminais nessas mesmas áreas. Assim, a presença de certas terras é preditiva do número de crime existente na zona estudada. Para estudar este fenómeno, os pesquisadores utilizaram métodos de análise de localização do quociente e a análise da intensidade que pode ser usada de forma a identificar, através do tamanho e da identificação dos aglomerados de crime, quais os locais específicos e que tipo de locais, que promovem a criminalidade (Ratcliffe e McCord, 2009).

De acordo com Andresen, Wuschke, Kinney, Brantingham e Brantingham (2009), que apresentam um modelo baseado em agentes, onde se pretende demonstrar a sua aplicabilidade e flexibilidade, os resultados mostram que surgem perto da fronteira, entre as zonas residenciais e comerciais, dois locais chave. Este resultado vai de encontro ao original de Malleson e Brantingham (2009) e demonstra que certas áreas com elevados índices de assaltos estão nos locais de roubo do original. No mesmo documento, podem-se enumerar certas hipóteses acerca da motivação dos assaltantes e constata-se que ao agente, em vez de ser unicamente motivado pela riqueza pessoal, acrescenta-se outro fator no modelo que è a necessidade de consumir estupefacientes e de socializar.

Assim, a geração da riqueza passa a ser o motivo secundário para a satisfação das suas necessidades. Outra hipótese demonstrada é que o ambiente foi modificado de forma a introduzir uma variedade de fatores mais elevada que influenciam um potencial ladrão. Por fim, verificou-se que através de dados recolhidos acerca dos conhecidos ladrões, foram estimados os endereços residenciais e o número de agentes anti-roubo. Desta forma é possível utilizar agentes anti-roubos com a capacidade de atração de alvos potenciais (Andresen et al. 2009).

O infrator oportunista pode, por sua vez, aparecer por acaso. Este comete um crime apenas porque lhe aparece oportunidade para tal e por esta se apresentar por acaso, não a procurando. Neste caso, as suas escolhas dão-se menos a uma explicação dada pelo OFT (Bernasco, 2009).

Na sequência do estudo da teoria da oportunidade, foi aplicada uma abordagem acerca da violação, sendo que um número substancial deste tipo de crime ocorre dentro de residências através de uma entrada ilegal. Assim, a violação e o roubo partilham uma variável em comum, a casa, pois apresentam estruturas de oportunidade semelhantes. Desta forma, os autores consideram que a “casa-intrusão-violação” é um crime violento como o roubo a residências nomeadamente em relação à sua estrutura de oportunidade (Warr, 1998).

As principais teorias neste sentido são as de Hindelang e Gottfredson (1978) que defendem que as diferenças nas taxas de vitimação são consequência da exposição diferencial aos riscos entre grupos sócio-demográficos, nomeadamente em relação à quantidade de tempo despendido à noite em locais públicos, e a de Cohen e Felson (1979), nas “atividades rotineiras”, onde estes afirmam que o crime é determinado por vários fatores como a motivação do criminoso, a adequação das principais metas e a incapacidade de existência de guardiões contra as violações, enfatizando a interação entre o lugar e o tempo, entre um agressor e um alvo (Warr, 1998).

As taxas de criminalidade nos Estados Unidos da América alteraram-se nos últimos anos devido a mudanças nas atividades fora de casa, como por exemplo a participação feminina e o seu aumento no trabalho. Assim, as casas ficam mais desprotegidas e ao mesmo tempo aumenta o risco fora de casa devido à sua exposição. Sendo que a oportunidade è, para qualquer crime, uma condição necessária, várias variáveis podem ser utilizadas a fim de prever o delito e suas propriedades como o tempo, a localização e a frequência. A oportunidade é igualmente suportada por outro fator não menos importante, nomeadamente o comportamento social ou a exposição devido a certos grupos sociais, que pode aumentar o risco de vitimação criminal. Assim, a quantidade de crime e os seus limites são definidos pelos padrões de atividade de uma sociedade (Warr, 1998).

Centrando neste ponto o tema principal e relacionando-o com a violação residencial, o segundo é, aos olhos generalizados da sociedade, exclusivo acontecer fora de casa. Esta ideia deu lugar à imagem construída por Williams (1984) de violação “clássica” que se baseia num ataque de um estranho de forma violenta num local público deserto, o que demonstra que a noção de violação como um crime originalmente de rua está bem

delineada. No entanto, um número substancial deste tipo de crime ocorre dentro de casa (35%), ou nas suas imediações (7%) (Warr, 1998).

McDermott (1979) afirmou que a maioria das vítimas foram violadas por conhecidos dentro das suas casas. A partir de registos policiais desta tipologia criminal em várias cidades, verifica-se que a maioria das violações ocorre dentro de casa (50 a 56%), o que confirma a ideia de Lizotte em 1985 de violações domésticas serem mais facilmente relatadas à policia pelo facto de as mulheres sentirem mais confiança no caso, devido à existência de evidências de entrada forçada. Qualquer associação entre a violação e o roubo é atribuível a erro sistemático na comunicação destes crimes e a consequência destes erros de classificação serve para inflamar a correlação entre os mesmos. Assim, a violação residencial começa a assemelhar-se ao roubo residencial pois tanto um como outro parecem possuir características atrativas para o assaltante (Warr, 1998).

Repetto (1974) afirmou que as habitações localizadas nas esquinas dos blocos têm mais probabilidade de serem assaltadas devido ao fato de estas possuírem um número menor de faces adjacentes às outras residências, reduzindo a visibilidade da entrada e saída de pessoas. Da mesma forma, é apresentado o mesmo nível de taxas em blocos na fronteira pelos Brantingham em 1975, devido ao fato de estes estarem relutantes em entrar em bairros onde não são conhecidos. Um dos grupos principais de risco neste caso são mulheres jovens e chefes de família devido à falta de guardiões capazes de proteção. Neste caso a mulher torna-se um alvo potencial pois não existem mais pessoas capazes de intervir (Warr, 1998).

Desta forma, as taxas destes dois crimes correlacionam-se através de unidades de área, dado que as condições de oportunidade são idênticas. Por outro lado o controlo destas variáveis deve reduzir esta mesma correlação (Warr, 1998). Outra explicação para esta relação não é metodológica mas sim substantiva, ou seja, pode-se afirmar que um bom número de violações em residências acontece “acidentalmente” ou seja, quando o assaltante entra para roubar e acaba por encontrar uma vítima potencial para violar, ou seja, a violação não é a intenção original mas sim o roubo (Scully e Marolla, 1985). Neste caso, os fatores de oportunidade que se produziram para o roubo, também se produziram para a violação, dado que as teorias de oportunidade não necessitam de ser teorias motivacionais (Warr, 1998).

Assim, a sobreposição temporal é suficiente para produzir “acidentalmente” estes crimes, apesar de não existirem razões presumíveis para aceitar esta afirmação. Na medida em que a teoria acidental é verdade, deve-se considerar outra crítica, pois nem todos os roubos ou violações acontecem dentro do espaço habitacional, resultante de uma entrada forçada ou violenta, dado que em 43% dos casos de violação o agressor era conhecido da vítima (Warr, 1998).

É aplicável ao crime de violação e de roubo o aspeto do confronto direto, sendo que o fato de a pessoa estar dentro da sua casa não invalida a possibilidade de se tornar uma potencial vítima, até porque esta deve ser considerada o principal *locus* para estes crimes ocorrerem e como os fatores de oportunidade são semelhantes nos dois crimes, faz com que um permita o outro acontecer. É possível então defender a ideia de que as violações em residências partilham a mesma etiologia de outros crimes violentos e que são inicialmente roubos, devido ao fato de possuírem a mesma estrutura de oportunidade (Warr, 1998).

Os efeitos da oportunidade, atratividade e acessibilidade sobre a taxa de roubos residenciais em zonas urbanas tem sido alvo de estudo em vários trabalhos, nomeadamente o de Bernasco (2008). Este estudo enfatiza que a distribuição espacial dos roubos residenciais está inteiramente condicionada por duas medidas de acessibilidade nomeadamente a proximidade ao CBD e a proximidade de casa dos ofensores. Desta forma, a proximidade da casa do ofensor constitui-se uma variável mais importante do que qualquer outra. Por outro lado, a acessibilidade é outro importante critério para os assaltantes fazerem a escolha das áreas alvo. Assim, a atratividade do alvo, a acessibilidade e a oportunidade de o realizar depende crucialmente de como estas são medidas e definidas (Warr, 1998).

#### A teoria da restrição temporal para explicar a oportunidade:

O princípio de que o ambiente social e físico desempenha um papel crucial no evento, parte de uma sobreposição de perspetivas apresentada pela Criminologia Ambiental e Análise de Crime (ECCA) (Bernasco, 2008). O crime e a sua dimensão espacial têm recebido muita atenção nos últimos anos. Apesar de abordagens novas terem surgido, como o perfil geográfico (Rossmo, 2000), tem-se verificado uma diminuição sobre os comportamentos criminosos espaciais e os seus padrões temporais, talvez devido ao

crescimento de informações geográficas sistemáticas e à ciência da informação geográfica (Ratcliffe, 2006).

O ato criminoso exige que o ofensor faça uma escolha baseada nas recompensas que deste sejam obtidas e que superem os riscos de captura. A partir da teoria da escolha racional foi criada a perspectiva da escolha racional que reconhece que uma das principais táticas de redução da criminalidade é a própria localização do crime. Por outro lado outro inibidor para o crime são certas restrições temporais que obrigam o potencial agressor a permanecer num determinado lugar durante um certo período de tempo, diminuindo a possibilidade e facilidade para delinquir como é exemplo o trabalho e a escola (Ratcliffe, 2006).

Segundo Wright e Decker (1994), num estudo etnográfico, quando criminosos procuram de forma voluntária uma oportunidade de roubo, estes procuram casas familiares. Assim, é possível determinar que o potencial de um ato criminoso aumenta quando o ofensor não é limitado de forma temporal (Ratcliffe, 2006).

Segundo Bernasco (2010), os ofensores, entre os quais de roubos de residências, são mais propensos a orientar os seus atos para zonas onde residem ou já residiram, ao contrário de áreas onde nunca viveram, sendo que existe uma maior propensão para as áreas de residência presente ou passada, de acordo com o período de tempo em que lá habitaram. Esta ideia é defendida no conceito de espaço de sensibilização ao ser introduzida uma nova dimensão temporal.

A relação entre o crime e a mobilidade residencial tem sido estudada sob vários pontos de vista, no entanto não é um tema muito abordado e como tal não pode ser utilizado para avaliar de forma precisa se o cometimento de delitos nas áreas de residência é um padrão significativo e geral da população em geral infratora. A teoria dos padrões criminais dá ênfase à estabilidade intra-pessoal de atividades e o seu carácter repetitivo, mas não detalha especificamente as consequências ou as causas das mudanças de atividades dado que, apesar de um indivíduo ser espacialmente previsível, um dia essas rotinas acabarão por mudar, pois o espaço e ação de um sujeito e a sua perceção do ambiente urbano tem de ser visto como a mudança num processo de aprendizagem e não como estático.

Assim, o termo “espaço de atividade” será usado para o conjunto de indivíduos, de atividades contemporâneas e seus caminhos, enquanto que o “espaço consciente” será usado para uma potencial coleção de caminhos, que inclui a área dentro do alcance visual, o espaço, e também os caminhos antigos. Surge então a necessidade de nos remetermos ao “espaço consciente”, um conceito mais alargado do que o do “espaço de atividade” tanto no sentido temporal como espacial. Em relação à escolha da localização, os infratores cometem crimes onde o espaço consciente conta com alvos atraentes, sendo que estes são propensos a cometer mais facilmente crimes onde já habitaram ou viveram (Bernasco, 2010).

Desta forma, surgem várias hipóteses, como a hipótese da história, devido a existir uma maior propensão para o cometimento de atividades criminosas, na área onde o infrator vive do que uma onde anteriormente viveu, sendo que, da mesma forma, estes são mais propensos a cometer crimes na área em que viviam, do que numa área onde nunca viveram, dependendo do tempo que este viveu na área. Outra hipótese é a hipótese recência, onde existe maior propensão para o cometimento de atividades criminosas numa área antiga onde viveram até recentemente sendo que, para além da recência, também faz diferença a duração. A hipótese duração afirma que existe maior propensão para o cometimento de atividades criminosas numa área onde o infrator tenha vivido muito tempo, do que numa área onde tenham vivido pouco tempo. Finalmente, a hipótese da proximidade refere que existe maior propensão para o cometimento de atividades criminosas numa área próxima da zona onde o infrator vive.

Afirma-se então que, se o ofensor sair da sua área para cometer um crime noutra lugar, então a sua razão não tem de ser obrigatoriamente uma viagem desconhecida mas pode sim ser uma viagem sentimental regressiva. Desta forma, o conhecimento de que os infratores podem cometer atos criminosos em áreas passadas de residência pode ajudar a resolver muitos crimes, pois desta forma visa-se dar prioridade a estas áreas com base onde este comete os crimes pois quando estes tendem a sair da sua área de residência, tendem a deslocar-se para locais onde viveram anteriormente. É, então, possível registar mudanças de padrões de atividade-espaço ao longo do tempo e identificar outros tipos de atividades do sujeito (Bernasco, 2010).

Um dos problemas existentes nas tipologias espaciais é que estas tentam deduzir os comportamentos dos delinquentes quanto à sua percepção ambiental e o seu efeito nestes

(Bernasco, 2010). As pessoas usam os seus mapas cognitivos, segundo Canter (1989, cit in Canter e Youngs, 2009), e constroem representações de onde e do que é possível, através de padrões geográficos (Bernasco, 2010). Este autor (1993), juntamente com Larkin criou a “Hipótese do Círculo”, afirmando que a escolha da localização, do local de infração criminal está relacionada com os infratores base e baseia-se em três pressupostos: a existência de uma base fixa de onde o autor pode atuar, numa área definida que tem uma relação causal e espacial às coordenadas geográficas da casa do infrator e no uso dos princípios da geometria espacial, sendo esta considerada circular dado que requer apenas um raio sem qualquer outra limitação.

No entanto a “Hipótese do Círculo” tem limitações, pois existe uma rígida distinção entre dois tipos extremos de comportamento. Estes são construídos a partir de arquivos recolhidos pela polícia, em que contam apenas os casos relatados, sendo que em 2002 apenas 15% dos casos de roubos a residências foram relatados. Finalmente, os dois crimes mais distantes são utilizados como um indicador de alcance criminoso. No entanto, este tem três problemas, nomeadamente a existência de um julgamento acerca do comportamento de um único agressor e dois crimes que dá origem a uma generalização, o fato de todos os outros crimes serem ignorados, e ainda o de os criminosos terem de fazer uso de todo o círculo.

Para além destas teorias, Polisenska (1981) afirma que a personalidade dos assaltantes também influencia o comportamento espacial, mais exatamente o roubo nomeadamente em relação às fontes de decisão e ação.

## **1.2- O planeamento urbano e a prevenção criminal**

Blichler e Malm (2008, cit in Bernasco, 2008), defendem que podem ser denotadas diferenças no crime e a sua prevenção através da geração política baseada na pesquisa. O planeamento urbano constitui um elemento espacial muito forte, dado que influencia a distribuição das atividades humanas e preocupa-se com o ordenamento. Um dos objetivos mais importantes socialmente é reduzir a criminalidade, mas pouco tem sido considerada por estes planeadores. Esta negligência é talvez proveniente do desconhecimento da correlação entre os padrões da criminalidade e o uso da terra, e isso verifica-se na cidade de Tallahassee, onde se encontrou uma relação entre os padrões de roubo residencial e os padrões de desenvolvimento residencial (Brantingham e Brantingham, 1975).

Park e Burgess (1925) introduziram a Teoria da Ecologia Humana no estudo do comportamento social e da estrutura da cidade e desta, dois principais conceitos mantiveram-se, nomeadamente o conceito da área urbana “natural” e a teoria das zonas concêntricas de forma urbana (Brantingham e Brantingham, 1975). Por outro lado, e no que diz respeito à prevenção situacional, esta, em vez de tentar reduzir a criminalidade de forma simplista, tenta antes mudar a disposição do infrator a delinquir, alterando as condições em que costuma realizar as suas tarefas quotidianas (Townesley, 2010).

A prevenção social baseia-se na reforma através de políticas sociais como a reabilitação e atividades para jovens e mudanças na educação, a prevenção situacional inclui a teoria dos padrões criminais, a geografia do crime e a abordagem das atividades rotineiras e, a teoria da escolha racional, todas estas mencionadas e definidas no ponto anterior. Esta visa mudar decisões tomadas pelos sujeitos envolvidos e baseia-se num fato: que estes crimes não são realizados apenas por um indivíduo mas também por pequenos grupos, o que nos demonstra que só as disposições individuais e suas decisões não nos contam tudo sobre a criminalidade (Townesley, 2010).

A prevenção criminal e as abordagens situacionais do crime tendem também a ser atomísticas mas mesmo assim é possível devido à sua flexibilidade, ter em conta um pequeno grupo de ofensores. A presença de pares antes da consumação do crime tem uma grande influência na geração criminal. Perante o modelo de simulação presente e desenvolvido por Townesley (2010), no que diz respeito às conjunturas geográficas das sociedades, as taxas de criminalidade foram superiores em situações onde não havia um local definido, com uma grande concentração de alvos atrativos, o que por fim demonstrou que, o efeito da intensificação do tamanho da sociedade foi menor. Conclui-se, assim, que o crime não aumenta quando uma área maior é considerada mas sim quando o número de responsáveis e ofensores aumentam proporcionalmente.

Do ponto de vista situacional, a prevenção procura retirar a oportunidade ao ofensor para recorrer ao crime. Desta forma, è explicitado nos pontos a seguir, de que forma se pode evitar ou lidar com uma situação de roubo a uma residência.

### **1.3- Como evitar uma situação de roubo a uma residência**

De forma a retirar a oportunidade de recorrer ao crime por parte de um ofensor, existem estratégias que podem e devem ser adotadas pelos proprietários das residências, como manter as portas e janelas trancadas, mesmo quando se encontrar em casa; deixar uma luz de presença ligada frequentemente, pois fará com que pareça que a habitação não está desabitada; estabelecer laços com os vizinhos o que permite que, na ausência do proprietário possa a residência estar sobre o olhar atento destes; não deixar objetos de forma visível nas janelas e portas da residência, de forma a não estimular um potencial criminoso a invadir a propriedade; não deixar objetos fora de casa que possibilitem a entrada de estranhos à residência como bancos, cadeiras e escadas; não permitir a entrada de estranhos na casa como vendedores de porta à porta; não comentar com ninguém os bens valiosos que se encontram dentro da residência e não comentar hábitos de família fora da residência.

Para além destas estratégias, existem outras como proteger a casa com arames, redes, muros e portões diminuindo a facilidade de roubos. Quanto maiores estes forem, mais dificuldade existirá e menos visibilidade a residência alcançará, diminuindo o estímulo do potencial ofensor; instalar um sistema de alarme que esteja sempre ligado diretamente à Polícia; não plantar árvores perto das janelas ou portas pois diminui a visibilidade do morador e possibilita um esconderijo e uma forma de alcançar a residência mais facilitada; plantar árvores que possuam espinhos junto dos portões e zonas de acesso à área de residência; colocar o número da porta de forma visível para que seja facilmente observável durante uma situação de emergência; utilizar fechaduras em todas as portas da residência e não abrir a porta imediatamente quando a campainha toca, perguntando antes e verificando quem é; as portas externas deverão ser o mais maciças possíveis, evitando portas ocas e deverá existir boa iluminação na residência e na área envolta; não em ter casa grandes quantias de dinheiro e por fim sempre que houver suspeitas de alguma coisa, ou se houver um pressentimento que alguém poderá estar a tentar forçar a entrada, ligar imediatamente o 112.

Todas estas estratégias visam prevenir um possível roubo residencial, através de formas que protegem a habitação e o proprietário, sendo que todas estas estratégias são de relativo fácil acesso.

#### **1.4- Como lidar perante uma situação de roubo a residência**

Existem estratégias que permitem saber lidar com um ofensor de roubos a residências, aquando a situação, como chamar o 112 imediatamente quando chegar a casa e verificar que algo não está no devido lugar ou se encontram luzes acesas indevidas bem como, não dever entrar, tendo sempre perto telefones e sistemas de alerta prontos a serem utilizados; quando houver contacto direto com o assaltante, não reagir nem fazer movimentos bruscos, de forma a evitar ferimentos; não tentar negociar com o ladrão e não impedir que ele leve o que quiser; não gritar, para evitar enervar o agressor e responder somente ao que for questionado pelo mesmo, evitando o olhar direto; não mostrar armas, que possam haver na residência, pois o ofensor interpretará este ato como uma ameaça e reagirá e, por fim, não perseguir o ladrão após o roubo, pois isso fará com que este possa voltar atrás no seu trajeto.

Todas estas estratégias permitem saber lidar de forma mais cautelosa, com uma situação de roubo a uma residência, facilitando a saída de uma eventual situação perigosa e, conseqüentemente, protegendo os proprietários e respectivas famílias, de uma possível tipologia criminal mais violenta.

## **II- Estatísticas Criminais**

Seguindo a ideia de que seria uma aposta credível verificar as estatísticas criminais desta tipologia criminal, foi considerado pertinente não ser referido, apenas única e exclusivamente o roubo a residências, mas também serem referidos outras tipologias criminais, com vista a fazer uma comparação e uma analogia entre os demais crimes existentes. De acordo com a Direção Geral da Política de Justiça (DGPJ), do Ministério da Justiça, os dados seguintes são relativos à criminalidade participada dos OPC de competência genérica (PSP, GNR, PJ, Polícia Marítima e SEF, entre outros), no ano de 2011 verificou-se menos 6,1% de atos ilícitos em relação ao ano anterior, em que se verificava 9,905 ilícitos criminais, sendo que, no Distrito do Porto, os valores passaram de 66,599 para 65.706 casos ilícitos. As três entidades principais, durante o ano de 2011, registaram 405.288 participações de natureza criminal e, entre os crimes mais participados, num total de 304.191, encontram-se crimes relacionados com a principal temática. Estes estão presentes no quadro 1 (ANEXO 11). Estes crimes encontram-se entre os 75% do global das participações registadas em 2011.

### **2.1- A criminalidade segundo diversas categorias**

Definindo a criminalidade por categorias, estas distribuem-se de forma explícita no quadro 2 (ANEXO 11) e no gráfico 1 (ANEXO 12). De acordo com o Distrito e, apesar de não ser possível referenciar geograficamente o local da prática de crimes mas apenas o departamento policial responsável pela notação criminal e elaboração da participação, no Porto registaram-se em 2011, 64.632 participações criminais.

### **2.2- Criminalidade Violenta e Grave**

Esta afeta o sentimento de segurança dos cidadãos e é representada em 24.154 participações nacionais. Entre vários crimes desta natureza, demonstra-se no quadro 3 (ANEXO 11), os diferentes crimes da categoria de roubo e o número de participações, durante o ano de 2011 e, no gráfico 2 (ANEXO 12), os mais pertinentes em relação a este Projeto de Graduação.

### **2.3- Criminalidade participada em países da União Europeia**

Apesar das dificuldades em efetuar comparações entre países, recorreu-se ao Gabinete de estatística da União Europeia (Eurostat) e, em 2009, Portugal apresentava a 2ª menor

taxa de criminalidade por 1000 habitantes, com a contagem de 39 crimes, registando-se no total de 416.058 crimes neste ano, sendo superado apenas pela Grécia.

Num questionário feito na União Europeia, onde se questionou os dois problemas mais importantes a enfrentar pelos países, publicado em Dezembro de 2011, no “Public Opinion in the European Union”, intitulado “Relatório de Barómetro”, em quarto lugar encontra-se como resposta “o crime ou insegurança”. Em Portugal este surge em quinto lugar, com 8% das respostas.

#### **2.4- Análise de dados**

Relativamente à criminalidade geral, denota-se um decréscimo de 2% (- 8.312 ocorrências criminais), em relação ao ano anterior. Verificando-se assim uma descida nos últimos três anos.

Existe uma maior representatividade dos crimes de furto, com maior incidência nos crimes de furto a veículos motorizados e furto de residência. Por outro lado, existe um decréscimo positivo nos roubos na via pública (exceto esticção), com menos 11.4% (1.079 casos) e -7.1% (2.932 casos) em furtos de veículos motorizados. Existe ainda, um acréscimo nos crimes de roubo por esticção (+21% ou seja, 1.386 casos) e mais 593 casos em furtos por carteirista (+5.5%), (Quadro 4, ANEXO 11).

Em relação à distribuição geográfica, o Porto, juntamente com Lisboa e Setúbal, destacam-se, dado que contam com metade das participações totais. O Porto registou uma diminuição de 1.6% de crimes, que corresponde a 1.074 casos mas, de uma forma geral, a criminalidade ascendeu 70% nos seis principais distritos nacionais, sendo estes os inicialmente referenciados, juntamente com Braga, Faro e Aveiro.

Relativamente aos crimes por categorias, houve um aumento de 2% em relação a 2010 nos crimes contra o património, que contam com mais de 50% das participações totais (56%), sendo que 46.685 são outros furtos, 28.299 são furtos em residências e 38.090 são furtos a veículos motorizados. Nos crimes contra o estado, também houve um aumento, mas mínimo em relação aos restantes. Nos crimes contra as pessoas, conta-se com um peso relativo de 23% (-5.357 ocorrências), nos crimes contra a vida em sociedade, houve um peso de 12% (-3.944), e nos crimes previstos em legislação penal avulsa, um peso de 8% (-3.520 casos).

### **Crimes contra o Património:**

Em relação ao crime violento e grave, em 2011 registaram-se 24.154 crimes, que faz com que haja um decréscimo de 1.2% face a 2010, com menos 302 ocorrências, sendo que 74% destes casos registados em 2011 correspondem ao roubo na via pública, com 8.396 ocorrências, roubo por esticção com 7.918, e coação sobre funcionário com 1.744 casos. No Porto e Setúbal o peso relativo de criminalidade violenta e grave aumentou 74% (Quadro 5, ANEXO 11). Assim, considera-se, a partir desta análise que relaciona o ano de 2010 com o ano de 2011, que existe uma diminuição da criminalidade violenta e grave no ano de 2011, mas que estes são mais mediatizados e com um grau de violência mais incidente, tornando esta tipologia mais grave (Quadro 6, ANEXO 11).

### **III- Tipologias criminais – Modus - Operandi**

Relativamente ao *Modus Operandi*, apesar de este projeto se basear no roubo a residências, considera-se pertinente conjugar o roubo a residências às diferentes tipologias criminais que foram abordadas, de forma a ser feita uma distinção entre os demais.

Relativamente ao roubo a postos de abastecimento combustível, de acordo com a DGPI, em 2011 houve uma variação de -17.2% com 250 participações, tendo-se registado o maior número de casos em Lisboa e Setúbal, seguindo-se do Porto e Aveiro. Estes são praticados na sua maioria, por dois indivíduos ou de forma individual (78%), sendo a atuação grupal menos recorrente (22%). Em relação ao meio de coação, a arma de fogo posiciona-se em primeiro lugar, com 91.3%, seguindo-se as armas brancas com 6.6%. O período horário onde se verificam mais de metade dos registos, encontra-se entre as 20 horas e as 24 horas, ficando em segundo lugar o horário entre as 14 horas e as 20 horas. O meio mais utilizado como fuga, são os veículos ligeiros. A fuga a pé regista 36% dos casos, mas não implica que os agentes criminais não possuam meio de transporte próprio na área. Quanto ao valor conseguido, de acordo com 24% dos casos, este é inferior a 250 euros. Os valores ascendentes a 1000 euros são poucos, registando-se em apenas 6.9% o que demonstra que este tipo de crime não oferece grandes quantias monetárias, muito devido a métodos adotados pelas operadoras, de segurança passiva. Para além destas conclusões, destaca-se o mês de Dezembro como o mês em que ocorrem mais casos.

Em relação ao roubo a distribuidoras de tabaco, em 2011 existiram 40 registos deste crime, o que mostra uma diminuição, comparando com o ano de 2010, de 21.6%, de acordo com a Polícia Judiciária. Este crime existe mais em Lisboa e Setúbal, e é praticado maioritariamente de forma grupal (77.5%), demonstrando uma certa organização por parte dos indivíduos envolvidos. O meio de coação mais utilizado foi a arma de fogo, em 82.5% dos casos, seguindo-se a coação física com 12.5%, sendo praticado geralmente entre as 8 horas e as 20 horas, por este ser o horário em que os estabelecimentos estão em funcionamento.

O meio de fuga costuma ser o veículo ligeiro e, neste caso, muitas das vezes pode ser uma viatura da empresa que sofre o roubo. Em relação ao valor roubado, só há registos

em 50% dos casos e de acordo com estes, os valores são inferiores a 1000 euros, ocorrendo mais no mês de Maio, Novembro e Dezembro.

O roubo a farmácias, segundo a DGPI, registou 107 crimes participados em 2011, o que demonstra que houve uma diminuição de 28.2% em relação a 2010. Como na maioria dos crimes de roubo, verifica-se mais a concretização deste crime nos Distritos de Lisboa, Setúbal, Porto e Aveiro e neste caso é praticado geralmente por um ou dois indivíduos, dado que este assinala-se como um crime de oportunidade, pois muitos dos executores são toxicodependentes, não demonstrando muita organização. Em 97.4% dos casos em questão, a arma de fogo foi a mais usada, mas não há nenhum registo de ferimentos graves nas vítimas. Este roubo é mais recorrente entre as 14 horas e a hora do fecho da farmácia ou ao início da noite e, o meio mais utilizado como fuga é o veículo ligeiro ou apeado. Quanto ao valor roubado, a partir de 38% dos casos, verificou-se que o valor não eleva os 250 euros na maioria das vezes, nomeadamente em 46%. Apesar de este crime ter sofrido uma diminuição de 9.8%, acabaram por render mais, devido à subida dos preços dos fármacos. Por fim assinalam-se mais casos deste crime no mês de Fevereiro, Novembro e Dezembro.

Outra tipologia que também merece destaque é o roubo a ourivesarias pois de acordo com a DGPI, houve 137 casos participados em 2011 o que regista um crescimento de 14.2%, sendo que se verifica mais no distrito de Lisboa, Setúbal e Porto e é praticado por grupos de três ou mais indivíduos (60%). A arma mais utilizada é a arma de fogo (94.8%), e ocorre mais durante o período de funcionamento da mesma. O veículo ligeiro é o mais utilizado como método de fuga e em 11% dos casos, o valor roubado ultrapassa os 2000 euros sendo que ocorre uma maior incidência para o mês de Outubro e Janeiro.

Relativamente ao roubo de viaturas, segundo a DGPI, em 2011 registaram-se 392 casos, o que corresponde a um acréscimo em relação ao ano anterior de 3.2%, com incidência para ocorrer mais no Porto, Lisboa e Setúbal. Geralmente é praticado em pares (48.9%), que recorrem à arma de fogo. Este crime ocorre mais ao início da noite, e os agentes do crime deixam o local de veículo ligeiro, normalmente o roubado. Denote-se uma maior frequência do cometimento deste crime no mês de Outubro, Dezembro e Março.

Por fim, e chegando assim à tipologia esperada com vista a verificar se as características dos roubos referidos se registam neste, o roubo a residências, de acordo com a DGPI, registou 733 casos em 2011, o que corresponde a um aumento de 7.3% em relação a

2010, ocorrendo mais em Lisboa, seguindo-se do Porto e Setúbal. Neste tipo de crime existe uma elevada atividade grupal, com incidência para dois indivíduos (37.1%) ou três indivíduos (25.8%), sendo a arma de fogo a mais utilizada, seguindo-se a coação física ou a arma branca em 11% dos casos. Este ocorre mais à noite, o que coincide com o regresso a casa dos proprietários da residência, e o veículo ligeiro é o mais usado, em dois terços dos casos, seguido da fuga apeada. Desta forma, apresentam um *Modus Operandi* inovador, dado que são extremamente complexos, com um elevado nível de sofisticação, organização e planeamento.

Pode-se assim afirmar com clareza que, apesar de algumas características se verificarem idênticas em várias tipologias criminais, o roubo a residências apresenta características singulares, que devem ser tidas em conta, na elaboração de um plano preventivo.

Tendo em conta que este Projeto de Graduação assenta na melhoria de estratégias, que visem a diminuição dos roubos a residências, a aluna considera pertinente destacar a Polícia de Segurança Pública, bem como o existente Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade, realçando a 18ª Esquadra da 2ª Divisão do Porto, sendo esta, a esquadra envolvida no plano seguinte como experiencial.

#### **IV- Caracterização da PSP**

A Polícia de Segurança Pública (PSP) é uma força de segurança dotada de autonomia administrativa, armada e uniformizada com natureza de serviço público que, tem como missão, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, assegurando a legalidade democrática, nos termos da Lei e da Constituição (Polícia de Segurança Pública, Artigo facultado em ficheiro Word acerca do funcionamento e hierarquização da PSP).

Esta está organizada de forma única e hierárquica na sua estrutura, a todos os níveis, estando o pessoal sem funções policiais, sujeito as regras gerais da hierarquia da função pública, e o pessoal com funções policiais, sujeitos à hierarquia do comando, dependendo do membro do governo responsável pela administração interna. As suas atividades desenvolvem-se consoante as finalidades e objetivos da política de segurança interna, respeitando os limites do seu enquadramento orgânico.

Excecionalmente, as suas atribuições decorrem da lei existente acerca do estado de sítio, estado de emergência e defesa nacional. Estas são prosseguidas em todo o território nacional, exceto em áreas cometidas a outras forças de segurança e serviços, como nos Açores e Madeira. As atribuições em situações institucionalmente normais da PSP decorrem da lei de segurança interna e excecionalmente da lei sobre o sítio e estado de emergência e da defesa nacional (<http://www.psp.pt/Pages/programasespeciais/pipp.aspx?menu=1>).

##### **4.1- Atribuições da PSP**

As atribuições da Polícia de Segurança Pública assentam-se em: garantir as condições de segurança que permitam o exercício dos direitos e liberdades e o respeito pelas garantias dos cidadãos, bem como o pleno funcionamento das instituições democráticas, no respeito pela legalidade e pelos princípios do Estado de direito; garantir a ordem e a tranquilidade pública e a segurança e a proteção das pessoas e dos bens; prevenir a criminalidade em geral, em coordenação com as demais forças e serviços de segurança; prevenir a prática dos demais atos contrários à lei e aos regulamentos e desenvolver as ações de investigação criminal e contra-ordenacional que lhe sejam atribuídas por lei, delegadas pelas autoridades judiciárias ou solicitadas pelas autoridades administrativas. Para além destas, são igualmente atribuições da PSP velar pelo cumprimento das leis e regulamentos relativos à viação terrestre e aos transportes rodoviários bem como,

promover e garantir a segurança rodoviária, designadamente através da fiscalização, do ordenamento e da disciplina do trânsito; garantir a execução dos atos administrativos emanados da autoridade competente que visem impedir o incumprimento da lei ou a sua violação continuada; participar no controlo da entrada e saída de pessoas e bens no território nacional; proteger, socorrer e auxiliar os cidadãos e defender e preservar os bens que se encontrem em situações de perigo, por causas provenientes da ação humana ou da natureza; manter a vigilância e a proteção de pontos sensíveis, nomeadamente infra-estruturas rodoviárias, ferroviárias, aeroportuárias e portuárias, edifícios públicos e outras instalações críticas, e garantir a segurança nos espectáculos, incluindo os desportivos, e noutras atividades de recreação e lazer, nos termos da lei.

Como a PSP se dedica não só a cumprir deveres, relativamente aos crimes contra pessoas, mas sim, a outros crimes relacionados também com estupefacientes e o ambiente, esta tem também como atribuições prevenir e detetar situações de tráfico e consumo de estupefacientes ou outras substâncias proibidas, através da vigilância e do patrulhamento das zonas referenciadas como locais de tráfico ou consumo; assegurar o cumprimento das disposições legais e regulamentares referentes à proteção do ambiente; prevenir e investigar os respetivos ilícitos; participar, nos termos da lei e dos compromissos decorrentes de acordos, tratados e convenções internacionais, na execução da política externa, designadamente em operações internacionais de gestão civil de crises, de paz, e humanitárias, no âmbito policial, bem como em missões de cooperação policial internacional, no âmbito da União Europeia e na representação do País em organismos e instituições internacionais; contribuir para a formação e informação, em matéria de segurança dos cidadãos e prosseguir as demais atribuições que lhe forem cometidas por lei.

Por fim, esta lida de igual forma, com crimes relacionados com substâncias e armas, devem licenciar, controlar e fiscalizar o fabrico, armazenamento, comercialização, uso e transporte de armas, munições e substâncias explosivas e equiparadas que não pertençam ou se destinem às Forças Armadas e demais forças e serviços de segurança, sem prejuízo das competências de fiscalização legalmente cometidas a outras entidades; licenciar, controlar e fiscalizar as atividades de segurança privada e respetiva formação, em cooperação com as demais forças e serviços de segurança e com a Inspeção- Geral da Administração Interna; garantir a segurança pessoal dos membros dos órgãos de soberania e de altas entidades nacionais ou estrangeiras, bem como de outros cidadãos,

quando sujeitos a situação de ameaça relevante e assegurar o ponto de contacto permanente, para intercâmbio internacional de informações relativas aos fenómenos de violência associada ao desporto.

Quanto à sua estrutura, a PSP compreende a Direção Nacional, as unidades de polícia e os estabelecimentos de ensino policial. A Direção Nacional agrupa o Diretor Nacional, onde da sua dependência funcionam o Departamento de Apoio Geral e serviços para as áreas de estudos e planeamento, deontologia e disciplina, consultadoria jurídica, assistência religiosa e relações públicas. Os Diretores Nacionais-Adjuntos, o Conselho de Deontologia e Disciplina, o Conselho Superior de Polícia e a Junta Superior de Saúde, a Inspeção e as unidades orgânicas de operações e segurança, de logística e finanças e de recursos humanos (Polícia de Segurança Pública, Artigo facultado em ficheiro Word acerca do funcionamento e hierarquização da PSP).

No que diz respeito às Unidades de Polícia, existe a Unidade Especial de Polícia e os comandos territoriais de polícia sendo que, neste último, inserem-se os Comandos Metropolitanos de Polícia do Porto e Lisboa, os comandos regionais de polícia e os comandos distritais de polícia. Quanto aos estabelecimentos de ensino policial, existe o Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna e a Escola Prática de Polícia (Polícia de Segurança Pública, Artigo facultado em ficheiro Word acerca do funcionamento e hierarquização da PSP).

Em relação à sua filosofia de atuação, existe sempre presente uma constante procura pelo equilíbrio, nos conflitos de valor, no plano de segurança interna como: ordem pública versus direitos, liberdade versus segurança e liberdades e garantias (Polícia de Segurança Pública, Artigo facultado em ficheiro Word acerca do funcionamento e hierarquização da PSP). É essencial erradicar as zonas “perigosas” da cidade, garantir a liberdade de circulação dos cidadãos, em todo o território, e proporcionar aos cidadãos uma sensação de segurança dado que, esta é o primeiro fator de liberdade. As autoridades devem estimular a participação dos cidadãos, nas ações de prevenção da criminalidade pois, o cidadão ocupa um papel central no sistema de segurança interna, pelo que se impõe uma crescente visibilidade da Polícia e uma política de proximidade com estes. Deve-se compreender, a par de questões de natureza política, natureza operacional, institucional, jurídica e social, que o combate à criminalidade não é apenas uma questão de eficácia da polícia, mas sim pluri-vetorial, que compreende a

essencialidade da partilha de informação entre serviços de segurança e forças (Polícia de Segurança Pública, Artigo facultado em ficheiro Word acerca do funcionamento e hierarquização da PSP).

#### **4.2- Policiamento de Proximidade**

Este modelo é um modelo bastante utilizado em vários países da Europa como a França, a Holanda e a Inglaterra e ainda nos Estados Unidos da América e, apesar de ser impreciso a datação da sua aparição, é possível analisar os conhecidos países que iniciaram este modelo, como é o caso da Inglaterra no séc. XIX (Batitucci, 2010).

Nesta altura, são levadas a cabo algumas reformas no sistema policial britânico, em 1829, através da constituição da Scotland Yard e da Metropolitan Police Force por Sir Robert Peel, que estabelece as bases do seu sistema policial. Este, estabeleceu princípios orientadores das práticas de policiamento pelos quais a polícia teria de se reger, de forma a servir a comunidade da maneira mais correta e de entre os quais, destacam-se dois, um refere que a eficácia è representada pela ausência de crimes, e não pelo maior número de detenções, o outro afirma que o público è a polícia e a polícia è o público, estando estes inteiramente relacionados (Batitucci, 2010).

A finalidade do policiamento de proximidade è tentar reduzir a taxa de crime e a insegurança a ela associada, aumentando, através dos serviços prestados pela polícia, o nível de satisfação da comunidade (Polícia de Segurança Pública, Artigo facultado em ficheiro Word acerca do funcionamento e hierarquização da PSP). A importância deste modelo ganha ênfase na questão da segurança, pois è difícil de avaliar este sentimento, por parte da população. O modelo de proximidade soma prós em relação ao modelo tradicional, pois em relação à resposta a situações conflituosas, a reatividade deixa de satisfazer as necessidades da comunidade (Batitucci, 2010).

Assim, e devido a outras razões, como a questão do combate ao crime e a redução do pessoal, o isolamento nos carros-patrolha dos elementos policiais, o afastamento relativamente à comunidade destes mesmos elementos e ainda a sobrevalorização dos meios técnicos em relação à interação pessoal, foi então criado o modelo de proximidade, que assenta na ideia de que a polícia e a comunidade devem trabalhar em

conjunto, de forma às suas necessidades terem resposta, contribuindo assim, para um aumento do sentimento de segurança (Batitucci, 2010).

No entanto, e apesar de advir uma enorme taxa de sucesso deste modelo, a sua longevidade fica ao cargo do seu grau de institucionalização, pois è necessário modificar mentalidades e reorganizar formas de relacionamento e de funções da população, com os elementos policiais. Na Holanda, o sucesso depende essencialmente da capacidade de reestruturação da polícia e da sua capacidade de adaptação. As representações sociais, neste contexto, são imprescindíveis. O policiamento de proximidade não se trata apenas de prevenção, contacto com a população ou diminuição do crime, mas sim de uma cultura organizacional nova, que implica uma mudança de todo o paradigma, pois toda a estrutura, mesmo os que não estão directamente ligados ao programa, tem de compreender e incorporar este novo modelo policial (Batitucci, 2010).

Este modelo implica uma maior comunicação com a comunidade e um maior conhecimento das suas tarefas diárias e dos seus problemas, de forma a que a população não se baseie apenas no poder repressivo da polícia para garantir a sua segurança, devendo de referenciar que um agente de proximidade mantém todas as suas competências policiais tradicionais mas, por manter um contacto mais direto e intensificado com a sociedade, detém de um privilegiado acesso de informações que lhe permitem resolver problemas e conflitos de uma forma mais eficaz e visível. De forma a evitar a imagem de um “assistente social” adaptada a um polícia por parte de colegas da autoridade, como se verificou na análise feita nos EUA, considera-se que este modelo deve ser integrado a toda a comunidade policial, de forma a não criar divisões no seio policial que podem afetar futuramente o seu desempenho e que, por conseguinte, podem afetar a comunidade (Batitucci, 2010).

#### **4.3- Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade (MIPP/PSP)**

Através da Diretiva Estratégia n.º 10/2006 de 15 de Maio, relativa ao Programa Integrado de Policiamento de Proximidade (PIPP), actualmente MIPP, a PSP sistematizou mecanismos de articulação entre as valências de prevenção da criminalidade e policiamento de proximidade e as valências de investigação criminal, ordem pública e informações policiais e, operacionalizou os objetivos definidos no

Programa do Governo  
(<http://www.psp.pt/Pages/programasespeciais/pipp.aspx?menu=1>). O MIPP aposta, numa estratégia global, através do estabelecimento de objetivos operacionais e estratégicos, e impondo mecanismos de avaliação, formação e de coordenação, nos projetos que foram implementados de uma forma algo partilhada, apostando numa importância maior na melhoria da sua articulação, com as componentes de investigação criminal, ordem pública e informações policiais e na componente de proximidade/prevenção da criminalidade  
(<http://www.psp.pt/Pages/programasespeciais/pipp.aspx?menu=1>).

As EPAV, Equipas de Proximidade e de apoio à vítima, responsabilizam-se pelo policiamento de proximidade e segurança, no setor de responsabilidade das subunidades, dependendo do diagnóstico de segurança feito em cada Comando, nomeadamente a vigilância em áreas residenciais maioritariamente habitadas por cidadãos idosos, a prevenção e vigilância em áreas comerciais, apoio às vítimas de crime e acompanhamento pós-vitimação, prevenção da violência doméstica, deteção de cifras negras e identificação de problemas, que possam interferir na situação de segurança dos cidadãos. As EPES, Equipas do Programa Escola Segura, são responsáveis pela vigilância e segurança das zonas escolares, deteção de problemas, que possam interferir na situação de segurança dos cidadãos, prevenção da delinquência juvenil e no seio das comunidades escolares, a deteção das cifras negras  
(<http://www.psp.pt/Pages/programasespeciais/pipp.aspx?menu=1>).

Operacionalmente, os elementos que constituem estas equipas, designados como Agentes de Proximidade, têm uma missão que abrange a resolução e gestão de ocorrências/conflitos, o policiamento de visibilidade, a deteção de situações que possam resultar em práticas criminais ou constituir problemas sociais, e o reforço da relação polícia – cidadão. Estes agentes estão sujeitos a regras de *empowerment* ou delegação de poderes e de responsabilização, onde desenvolvem contactos com os serviços das Juntas de Freguesia, das Câmaras Municipais e dos Tribunais, com a população em geral, técnicos locais de determinados projetos de assistência social, comerciantes e conselhos diretivos dos estabelecimentos de ensino. A responsabilização destes é outro dos elementos fundamentais do Programa, através de formulários, normas de atuação e protocolos de procedimento, que visam identificar problemas e atuar em situações, que

possam direta ou indiretamente, influenciar a segurança pública e segurança rodoviária (casas devolutas, identificação de menores em risco ou em situação de abandono, viaturas abandonadas, graffities, iluminação pública, sinais de trânsito danificados ou destruídos) (<http://www.psp.pt/Pages/programasespeciais/pipp.aspx?menu=1>).

#### **4.4- 18ª Esquadra da PSP- 2ª Divisão- Viso**

O plano preventivo, que tem como objetivo estruturar neste projeto de graduação, será proposto inicialmente nesta esquadra, de forma experimental. Assim, considera-se pertinente dar a conhecer a mesma e todo o seu método de funcionamento, de forma a melhor enquadrar o plano na mesma.

A 18.ª Esquadra situa-se na Rua Central do Viso, Torre 1, R/C – Porto e abrange a Freguesia de Ramalde, que conta com uma área de 5,8 Km<sup>2</sup>, confinada a Sul pela freguesia de Lordelo do Ouro, a Norte pelo Concelho de Matosinhos, a Oeste pela freguesia de Aldoar e a Este pelas freguesias de Paranhos e Cedofeita e conta com uma população de 38.012 pessoas, de acordo com os Censos de 2011 (Polícia de Segurança Pública, Artigo facultado em ficheiro Word acerca do funcionamento e hierarquização da PSP).



Imagem nº 1- Área abrangida pela 18ª Esquadra da PSP- Viso

A área policial desta esquadra abrange toda a zona industrial, zona esta que abrange bairros sociais, eixos ferroviários e rodoviários e diversão noturna e o seu patrulhamento raramente è realizado em patrulhas de giro apeado, mas sim, em patrulhamento auto. Como pontos particularmente sensíveis ao nível de atuação da PSP,

existem os quatro bairros que constituem a Freguesia de Ramalde, sendo estes o Bairro de Ramalde, Bairro do Viso, Bairro de Francos e o Bairro das Campinas, bem como o Hospital da Prelada, a Estação de Metro de Ramalde e Francos, Imediações da Direção Geral de Viação, a Casa de Saúde da Boavista, os Eixos e acessos rodoviários da cidade (VCI, Avenida e Rotunda AEP), o Terminal rodoviário do Bairro do Viso e por fim o grande fluxo rodoviário em horas de ponta na VCI e AEP (Polícia de Segurança Pública, Artigo facultado em ficheiro Word acerca do funcionamento e hierarquização da PSP). Esta conta com um Oficial de Polícia, como Comandante de Esquadra (Subcomissário Rui Dias), um Chefe como Adjunto do Comandante de Esquadra, Chefes de Polícia e Agentes Principais, assim como Agentes nos diversos serviços (Atendimento ao público, Carro Patrulha, Notificações e Serviços Administrativos). Ao nível do MIPP, esta Esquadra tem quatro elementos efetivos nas Equipas de Proximidade e Apoio à Vitima (EPAV) e quatro nas de Equipas do Programa Escola Segura (EPES) (Polícia de Segurança Pública, Artigo facultado em ficheiro Word acerca do funcionamento e hierarquização da PSP).

#### **V- Legislação:**

Existem leis, presentes no Código Penal, que visam a boa conduta do cidadão, educando-o para o Direito, de forma a saber viver em sociedade e harmonia. Assim, é demonstrada a punição para cada crime, relacionado com a temática deste projeto, no ANEXO 12, tendo estas leis sempre em vista, a ressocialização do sujeito.

#### **Código Penal**

- Artigo 210.º - Roubo

**Para além deste, outros lhe são configuráveis, tais como:**

- Artigo 145.º - Ofensa à integridade física qualificada
- Artigo 153.º - Ameaça

## **VI- Plano de Prevenção**

A intervenção comunitária necessita de tempo para lidar com as pessoas, trabalhando com estas e resolvendo problemas que possam surgir, improvisando se for necessário, e fazendo uma distinção entre o que é essencial e secundário, de acordo com o que é importante ou não. Assim, é necessário discutir certos pressupostos gerais da construção, depois de os analisar, e avaliar o projeto em questão (Nelson e Prilleltensky, 2005).

Neste plano, intitulado “Plano de prevenção de roubos a Residências” deverá haver um planeamento, analisando o contexto e os problemas existentes, de que forma estes estão definidos e quais os recursos existentes, definindo o alvo e as prioridades. O guião de ação para todos os intervenientes deverá ser elaborado, a partir da análise e discussão da informação obtida. Seguidamente, deverá haver uma avaliação dos resultados e do processo, com vista a verificar se os objetivos foram alcançados, se há alterações e se as estratégias poderão continuar a ser implementadas no futuro (Fair Child, 1986).

Deverá haver uma aquisição de informação acerca dos recursos que já existem, e dos problemas que os membros da comunidade em questão têm, identificando-os (Blocher, 1987), através de estratégias que visem determinar as necessidades e a abordagem a utilizar, providenciando critérios em relação aos quais possa ser avaliada a eficácia do processo. Estas estratégias podem incluir a realização de entrevistas, a observação, as conversas informais e a recolha etnográfica (Freitas, 1998 cit in: Freitas, Vladimir Passos de. (org) Direito ambiental em evolução. ). Devem, então, ser definidos objetivos claros e critérios de sucesso, de acordo com prioridades (Blocher, 1987). Este conceito deve ser tido em conta, de acordo com os próprios objetivos, dos conhecimentos que existem para os atingir, e da situação, decidindo a necessidade consoante as crenças e valores no contexto. Estas necessidades e a sua avaliação dependem de valores epistemológicos e ideológicos, devendo de ser retida a ideia de que a avaliação de necessidades já é de si, intervenção. Há que ter em conta, para além deste item, que existe um paradoxo entre a necessidade e os direitos, pois as pessoas têm tantos direitos como necessidades (Rappaport, 1981).

O programa que se segue, será posto em prática por um período de 12 meses sendo que, para os objetivos serem alcançados, terão de ser postas em funcionamento várias

modificações, relacionadas com a prevenção social e situacional, com vista a diminuir e evitar os roubos a residências. Este programa será levado a cabo na Freguesia de

Ramalde, que foi escolhida por representar a zona do Distrito do Porto com maior índice de criminalidade, mais propriamente no setor dos Castelos, no Porto, por esta ainda não conter dados significativos tipologia criminal. Ao longo do mesmo serão realizadas avaliações pelos orientadores, bem como por todos os intervenientes no programa. Todas as atividades serão elaboradas, de acordo com uma prévia avaliação de necessidades, que consistirá em revisão bibliográfica sobre o tema.

Para todas as atividades serem possíveis de concretização serão disponibilizados todos os recursos materiais e humanos que os intervenientes necessitem, sendo que estes terão de ser dinamizados pelos mesmos, promovendo o seu aproveitamento. Este plano partirá da autora do Projeto de Graduação, como Criminóloga, fazendo parte de uma equipa integrante da Polícia de Segurança Pública. Como tal, a PSP será a principal entidade responsável e contar-se-á com a colaboração de certas entidades como a Junta de Freguesia de Ramalde.

Em relação à abordagem preventiva e alvos populacionais, será, neste projeto utilizada uma abordagem de prevenção universal (primária), dado que apesar de estar demonstrado que a Freguesia de Ramalde é a zona do Porto com maior índice de criminalidade, existem grupos onde ainda não estão presentes indicadores de risco do problema, como é o caso da população do sector dos Castelos, onde não se verificam índices significativos de roubos a residências. No local escolhido para ser implementado o plano interventivo, o maior problema é o isolamento social e a falta de confiança nas autoridades competentes, sendo que, para isso, a metodologia social comunitária a utilizar basear-se-á na recuperação das redes sociais e vínculos a elas relacionadas.

O plano de intervenção conta com seis fases distintas, mas que se interligam e criam o modelo específico a ser utilizado. Estas são a definição e análise do tema, da comunidade e do problema; a avaliação de necessidades; a planificação e organização do problema; a sua implementação; a finalização e avaliação dos resultados; e a disseminação. Este plano preventivo assentará em duas formas de prevenção: a prevenção social e a prevenção situacional. Foi decidido englobar neste projeto estes dois tipos de prevenção, dado que se pretende não só atuar sobre as causas sociais do

crime, de forma à motivação social ser reduzida, como também de forma a reduzir as oportunidades para que este tipo de crime ocorra.

### **6.1- Descrição da população**

De forma inicial, deverá ser definida a razão de intervenção ou seja, deverá ser identificada a base suportada em revisão bibliográfica, assumindo que a teoria é um guião interventivo que permite fazer opções. Este programa è destinado à população geral feminina e masculina do Setor dos Castelos, da Freguesia de Ramalde. Ramalde conta com uma população total de 36, 647 habitantes, segundo os Censos realizados em 2001. Concretamente, o setor dos Castelos conta com cerca de 1974 habitantes e 799 habitações ocupadas (ver ANEXO 1). O projeto tem em conta vários fatores, que se constituem importantes ao longo da implementação do programa, como a recusa de participação dos membros da comunidade e outros que se mostrem relevantes no mesmo.

### **6.2- Descrição da Comunidade de Ramalde do Porto**

Ramalde situa-se na parte oriental da cidade do Porto. Nos últimos 30 anos tem-se verificado um verdadeiro desenvolvimento nesta freguesia, assistindo-se a uma modernização em vários setores, devido a certas características típicas desta zona que permitiu um crescimento populacional favorável, contando com cerca de 53 mil pessoas confinadas numa área de 553 hectares habitacionais. Esta modernização resultou na freguesia com mais bairros camarários do Concelho, e um desenvolvimento industrial diversificado, que resultou na criação de um pólo industrial abrangente a várias atividades. Segundo os Censos realizados em 2001, existem 36,647 habitantes, correspondentes a 14,31% da população do Concelho do Porto, sendo que 54% é feminina e 46% masculina, e 55,24%, situa-se no escalão etário compreendido entre os 25 e 64 anos. Entre 1991 e 2001 verificou-se ainda um crescimento da população idosa passando de 13% para 17%. Este facto começa a pesar pois verifica-se um envelhecimento exponencial da população idosa.

Antes do séc. XIX è muito difícil retratar a evolução desta freguesia com precisão. No entanto, e a partir de registos efectuados nesta época, de fogos, è possível verificar que esta suportava uma população já em grande escala, dado que se verifica em 1757, 407 fogos e 600 fogos em 1855. Após esta época e a partir dos censos, è já possível de uma

forma mais assertiva, avaliar o crescimento populacional desta zona. Entre o ano de 1864 e 1900, devido à mobilização da crescente mão-de-obra que se veio fixar nesta zona, e ao arranque do setor industrial, verificou-se um crescimento bastante significativo, pois a população aumentou para mais do dobro. Na década de 40 e 60, devido ao afluxo migratório das zonas rurais para as zonas urbanas, a implantação de bairros sociais de forma a fornecer habitações à população deslocada da zona centro do Porto e devido à fixação de mão-de-obra, junto das unidades industriais que levou a um desenvolvimento industrial, verificam-se variações entre os 38,7% e os 44,5%.

### **6.3- Procedimentos**

Na primeira fase, foram recolhidas informações e dados acerca da temática, incluindo alguns planos já existentes em algumas outras áreas do país, relativamente a esta tipologia criminal e a partir desses, surgiu a ideia de que poderia ser pertinente fazer uma revisão aos mesmos de forma a verificar a aplicabilidade do plano noutras áreas do país, acrescentando todos os pormenores necessários de forma a haver uma implementação de sucesso. Assim, foram revistos planos iniciados por várias forças policiais como o “sistema de proteção vídeo vigilância”, o “portal segurança” e o “projeto residência segura”.

Espera-se desta forma, não só prevenir esta tipologia criminal de forma situacional, como também modificar a imagem repressiva da Polícia que ainda persiste, consciencializando as pessoas da comunidade que a polícia não serve simplesmente para punir mas sim para auxiliar, ajudar e trabalhar em conjunto com as mesmas, de forma a prevenir situações de risco e desviar potenciais crimes. Foi elaborado um plano preventivo assente não só na prevenção situacional, como também na prevenção, por parte das potenciais vítimas, que tem como objetivo evitar o crime, desviando a oportunidade para o mesmo ocorrer e desviando as possibilidades para tal acontecer. Este, conta com a colaboração de várias entidades, que apoiam e dão segurança ao projeto e tem como duração 12 meses, dado que se trata de um plano experimental.

### **6.4- Avaliação de necessidades**

Os ambientes sociais, fruto das políticas públicas de habitação, foram criados não como conjuntos residenciais, mas sim como espaços habitacionais. Estes não contemplaram a integração sócio espacial da população como prioritária, o que constituiu, na problemática da marginalidade e de exclusão social, um fator importante. Certos

problemas que se verificam na classe mais jovem, oriunda destes contextos sociais habitacionais são o absentismo escolar, elevadas taxas de insucesso, baixos níveis de escolaridade, abandono, a própria configuração espacial destes conjuntos habitacionais e socialização limitadas ao espaço do bairro. Existem, ainda, problemas base que são considerados fatores de risco social, tais como comportamentos anti- sociais, ausência de valores interiores sociais, famílias disfuncionais e redes de socialização centradas nos grupos de pares e limitadas ao próprio bairro, onde, devido à ausência de convivência fora destes, os comportamentos são desviantes.

Esta Freguesia, com especial incidência para o setor dos Castelos, apresenta também altos índices de exclusão social e pobreza, verificando-se 1670 dependentes do RSI em 2006, e de tráfico e consumo de substâncias psicotrópicas. Verifica-se que os jovens da zona passam grande parte do seu tempo nas ruas, onde se procede à sua aprendizagem social, e cerca de 60% da população não sai do bairro ao fim de semana o que influencia certos comportamentos delinquentes, por parte de grupos onde os indivíduos se inserem que são, muitas das vezes, desviantes. A mesma percentagem de pessoas identifica como principais problemas a criminalidade, o alcoolismo e a falta de civismo e de higiene. Verifica-se ainda que existem muitas famílias monoparentais, troca de papéis familiares e gravidezes precoces, que se vão reflectir na educação e na relação pais-filhos. Por fim, observa-se que as pessoas satisfazem os seus interesses imediatos, não gerindo projetos a longo prazo de vida.

Os grupos mais afetados por estes problemas são as crianças, os jovens e suas famílias e os idosos. As causas para estes problemas baseiam-se na negativa influência do grupo de pares, isolamento social, representações negativas dos bairros sociais, a insuficiência económica, a não interiorização de valores sociais pela propriedade pública e privada e o respeito pelos outros, modelos geracionais de comportamentos negativos que são reproduzidos, falta de estrutura familiar e pessoal consistente e o desejo imediato de ascensão social, falta de condições habitacionais, práticas fracas de afetos, baixa auto-estima e valores de educação não conformes ao dominante modelo familiar.

### **6.5- Objetivos**

Os objetivos gerais assentam-se na diminuição da tipologia de crimes de roubo a residências, nomeadamente na prevenção situacional e social, conjuntamente com forças de segurança, nomeadamente a PSP e potenciais vítimas, fornecendo-lhes

informações necessárias, que possibilitem o evitamento de possíveis roubos a residências ou ainda ensinem como estes devem lidar, perante uma situação destas que esteja a ocorrer.

Relativamente aos objetivos específicos, nomeadamente a médio prazo, espera-se obter uma diminuição dos riscos a que esta população está agregada, através de mudanças no ambiente e no sistema, no que diz respeito maioritariamente às práticas utilizadas e às condições da comunidade, e às ações em relação ao uso de recursos comunitários e padrões de comportamento. A curto prazo, conta-se com uma mudança na aprendizagem e na capacitação dos intervenientes através da demonstração de competências, atitudes e conhecimentos.

Em resposta ao plano interventivo, esperam-se vários efeitos relativamente à participação, nomeadamente às características dos intervenientes e a sua postura, ao número de intervenientes e ao contacto e frequência do mesmo com as pessoas, e efeitos relativos às reações, em relação à aceitação dos intervenientes do plano, os métodos utilizados e o nível de interesse. Quanto à caracterização dos produtos e atividades, este prende-se com a execução do mesmo, no seu cumprimento, na sua utilização e na sua disponibilização. Relativamente ao processo, este diz respeito à caracterização das atividades e sua implementação e utilização e diz respeito ao cumprimento do cronograma, ao desempenho dos profissionais envolvidos no plano, ao número de parcerias estabelecidas e de pessoas selecionadas.

#### **6.6- Descrição do “Plano de prevenção de roubos a residências”**

O objetivo principal do plano assenta-se na diminuição dos roubos a residências através da capacitação de potenciais vítimas, informando e mudando hábitos que os favoreçam e a aprender a desviar possíveis situações de crime, ou como saber lidar com situações de crime, quando uma se apresenta, bem como assentar a prevenção num modelo situacional para que em conjunto com o objetivo enunciado, os intervenientes se sintam mais seguros na sua área de residência.

Os objetivos específicos inserem-se na capacitação das pessoas da zona a saber lidar com o problema e saber como desviá-lo bem como mudanças a nível situacional que visem a maior segurança para os residentes da área.

1. Formação à Polícia de Segurança Pública, acerca da importância da equipa MIPP e o sentimento de segurança/Insegurança da população, com ênfase na explicação da ação das várias equipas de policiamento de proximidade, de vários países;
2. Formação à Polícia de Segurança Pública, acerca do correto modo de interpretação de factos denunciados, de acordo com a pessoa singular, bem como as diferentes possibilidades de encaminhamento, para várias entidades competentes na matéria;
3. Esclarecimento às pessoas da área a intervir, através da deslocação dos agentes à residência das mesmas ou na via pública, do plano a ser implementado, e onde se devem dirigir para fazerem parte da formação;
4. Formação às pessoas da área a intervir, que possibilite o esclarecimento acerca do modo de funcionamento da PSP e a sua atuação, no sentido dos roubos a residências e de que forma devem utilizar os seus meios para evitar e desviar possíveis situações de crime nesta área;
5. Formação às pessoas da área a intervir, acerca da forma como devem lidar perante uma situação de roubo à sua residência;
6. Dinamização dos MIPP, nomeadamente através da possibilidade de um maior acompanhamento por parte desta equipa, a potenciais alvos de crime a residências, bem como na equipa da escola segura;
7. Maior divulgação do problema e forças de atuação, através da distribuição de posters e flyers pela zona, que possibilitem o conhecimento dos moradores para esta problemática e de que forma podem tentar evitá-la;
8. Maior vigilância na área selecionada, de forma a fornecer um maior sentimento de segurança aos intervenientes no plano, nomeadamente aos moradores da área a trabalhar;
9. Reforço do sentimento de segurança dos moradores e diminuição das oportunidades de crime;

### **6.7- Estratégias:**

1. Formação à Polícia de Segurança Pública acerca da importância da equipa MIPP e o sentimento de segurança/Insegurança da população.  
-Deverá ser realizado um workshop, que permita dar à Polícia de Segurança Pública uma formação adequada acerca do conceito MIPP, a nível mundial,

quais os seus objetivos, quais as vantagens do policiamento de proximidade, com recurso à comparação em relação a outros países. Deverá ser explicado o plano que está a ser iniciado, analisando as necessidades da população a trabalhar, de forma a, numa fase posterior, perceber quais os problemas a trabalhar; deverão integrar no workshop todas as equipas da Polícia de Segurança Pública, não só a equipa MIPP mas sim, todos os agentes da PSP, de forma a que todos fiquem informados acerca da importância do policiamento de proximidade e de forma a evitar conflitos internos; será necessário utilizar o auditório da Universidade Fernando Pessoa de forma a abranger o maior número de agentes possíveis e um projetor; será necessário contar com um Criminólogo, um Psicólogo, um Assistente Social e o responsável da 18ª Esquadra; esta ação de formação será realizada de forma precedente à implementação das restantes estratégias, durante um dia, das 9:00 às 13:00 e das 14:00 às 18:00;

2. Formação à Polícia de Segurança Pública, acerca do correto modo de interpretação de factos denunciados, de acordo com a pessoa singular:

-Deverá ser possibilitada a realização de uma ação de esclarecimento para os agentes da PSP, em relação à correta interpretação de factos que lhes são diariamente relatados, dado que cada caso é único e como tal devem responder a necessidades específicas de acordo com as suas características. Desta forma, os agentes ficarão capacitados de como interpretar as situações e para onde deverão ser reencaminhadas as pessoas, quando não pretendem seguir com os procedimentos legais; toda a equipa MIPP deverá integrar nesta estratégia, bem como todos os restantes agentes da PSP, dado que deve haver uma interpretação dos factos em todas as ocorrências; será necessário utilizar o auditório da Universidade Fernando Pessoa, de forma a abranger o maior número de agentes possíveis e um projetor; será necessário contar com um Criminólogo, um Psicólogo, um Assistente Social e o responsável da 18ª Esquadra; esta ação de formação será realizada de forma precedente à implementação das restantes estratégias, durante um dia, das 9:00 às 13:00 e das 14:00 às 18:00;

3. Esclarecimento às pessoas da área a intervir, através da deslocação dos agentes à residência das mesmas ou na via pública, do plano a ser implementado:

-Os agentes da equipa MIPP da PSP deverão deslocar-se à área a intervir e contactar com os moradores locais, dirigindo-se às suas residências ou

abordando-as em casa, com vista a informar as pessoas do plano preventivo que decorrerá na zona, e onde poderão dirigir-se para saberem mais como proteger as suas casas; deverá integrar nesta estratégia toda a equipa MIPP da PSP e os moradores locais; não existem materiais necessários que estejam além do material usado pela PSP no seu dia-a-dia; será necessário contar com a Equipa dos MIPP da PSP (4 elementos); esta ação decorrerá 2 dias por semana durante 4 semanas, de forma a não causar transtorno às restantes ações dos MIPP, durante 12 horas (2 turnos de dois polícias de proximidade cada).

4. Ações de formação na área alvo, com vista a esclarecer a população acerca da PSP, e de que forma podem evitar roubos às suas residências:

-Deverá ser disponibilizada a possibilidade de realizar ações de esclarecimento para a população em escolas, de forma a abranger um número elevado de pessoas. Nestas ações será dada a conhecer pelos profissionais envolvidos neste plano, uma ideia do índice de criminalidade na área e formas de o tentar combater, de forma passiva; contar-se-á com a parceria da Polícia de Segurança Pública, nomeadamente com a equipa MIPP, que lida com este género de situações, e com a Junta de Freguesia de Ramalde, no sentido de possibilitar a disponibilidade de locais apropriados para as realizar e as divulgar; serão necessárias duas salas de aula, em escolas primárias da zona, dois projetores, flyers e posters que divulguem estas mesmas ações de formação; contar-se-á com a colaboração da equipa MIPP/PSP, que è constituída por quatro agentes e o chefe de equipa, o responsável pela Junta de Freguesia de Ramalde, dois Criminólogos, dois Psicólogos e dois Assistente Sociais e ainda de uma parceria com a Worten, de forma a poder disponibilizar todos os materiais possíveis; estas ações de formação serão realizadas todos os meses, aos sábados de tarde, das 15:00 às 16:20 durante 12 meses.

5. Formação às pessoas da área a intervir, acerca da forma como devem lidar perante uma situação de roubo à sua residência:

-Deverá de ser disponibilizada a possibilidade de realizar ações de esclarecimento para a população em escolas, de forma a abranger um número elevado de pessoas. Nesta ação será dada a conhecer, pelos profissionais envolvidos neste plano, a forma como um cidadão deve lidar

perante uma situação ativa de roubo à sua residência, o que deve fazer ou não e para onde deve ligar; contar-se-á com a equipa dos MIPP (4 agentes), 2 Criminólogos, 2 Psicólogos, 2 Assistentes Sociais e a população alvo; serão disponibilizadas 2 salas de aula na escola primária da zona a trabalhar bem como 4 agentes da PSP, 2 Criminólogos, 2 Psicólogos, 2 Assistentes Sociais; Esta ação decorrerá todos os sábados das 16:30 às 18:00 durante 12 meses.

6. Dinamização dos MIPP, nomeadamente em relação à elevação do acompanhamento por parte desta equipa, a potenciais alvos de crime a residências;

-Deverá ser delimitada uma maior disponibilidade, por parte destas equipas, a acompanhar e visitar potenciais vítimas de roubos a residências, não só de forma pós-crime, como também de forma a informar potenciais vítimas que não podem fazer longas deslocações, de como poderão evitar certos roubos; Nesta fase, contar-se-á com a colaboração da equipa dos MIPP/PSP e um Criminólogo que possa deslocar-se com os mesmos; deverá ser disponibilizado um carro patrulha, que esteja sempre prontificado às exigências do trabalho a realizar; solicitam-se quatro agentes da equipa MIPP/PSP, variados por turnos, que possam deslocar-se à residência das pessoas, de acordo com o calendário estabelecido; tendo em conta o número de casos que esta equipa da PSP tem em sua posse, como casos de violência doméstica e comércio seguro, propõe-se a deslocação às residências duas vezes por semana, 12 horas por dia, tendo em evidência a carga diária de 6 horas por dia dos agentes da PSP. Esta estratégia deverá ser implementada juntamente com a estratégia número 3.

7. Maior divulgação do problema e forças de atuação, que possibilite o conhecimento dos moradores desta problemática e de que forma podem tentar evitá-la:

-Distribuição de flyers pela zona a trabalhar e posters em pontos de referência, como centros de saúde, esquadras, farmácias e escolas; contar-se-á com a participação da junta, na distribuição dos flyers e posters, nos pontos-chave da distribuição; será necessária a impressão de 500 flyers e 50 posters. Para isso serão necessárias 500 folhas de papel A4, uma fotocopiadora a cores, um computador e 50 folhas de papel A3; será necessário contar com a Junta de Freguesia de Ramalde, com vista a realizar

a impressão dos posters e flyers e a sua distribuição, com a ajuda de uma equipa de 6 Assistentes Sociais, que possam na eventualidade, esclarecer algum ponto que lhe seja perguntado aquando a afixação dos mesmos, um agente da PSP e o responsável da Junta de Freguesia de Ramalde, que possam elaborar os mesmos em conformidade com a questão legal, criminal e social; A realização do flyer e do poster deverá ocorrer durante as duas primeiras semanas, de acordo com a carga horária dos intervenientes selecionados;

8. Divulgação do plano interventivo na rádio local, na televisão e nos jornais regionais;

-Deverá ser elaborado um reclame jornalístico, um televisivo e um radiofónico, onde conste resumidamente o plano interventivo e informações relevantes na atuação do mesmo; O responsável da Equipa MIPP/PSP e da Junta de Freguesia de Ramalde deverão ajudar na elaboração dos reclames e contar-se-á com o patrocínio da Rádio Festival, da RTP e do Jornal de Notícias para a divulgação dos mesmos; Os recursos materiais inseridos nesta estratégia, nomeadamente recursos gráficos e auditivos, ficarão ao cargo dos patrocinadores; Será necessário um responsável da Equipa MIPP/PSP e da Junta de Freguesia de Ramalde bem como as equipas disponibilizadas pelos patrocinadores; Estes reclames deverão ser feitos a partir da terceira semana, do início do plano, e deverá ser implementado durante o período total do plano interventivo. Este deverá passar nas diferentes áreas da comunicação, durante a hora de maior audiência, nomeadamente às 20.30hrs e 13.30hrs no caso da televisão, às 18.30hrs e 12.30hrs no caso da rádio e, em relação ao jornal, deverá existir um reclame diário, sendo o de Domingo, o de maior dimensão.

9- Maior vigilância na área selecionada, através de uma maior implementação de câmaras de vídeo-vigilância:

-Deverão ser implementadas câmaras de vídeo-vigilância em pontos-chave da área a estudar, nomeadamente locais que não forneçam tanta luz e áreas remotas, onde não exista tanta visibilidade, bem como em locais de difícil acesso; A PSP e a PROSEGUR, uma empresa de vigilância, serão os elementos chave desta estratégia, dado que a PSP poderá informar quais os

locais apropriados à implementação das câmaras onde a empresa de vigilância poderá colocar as mesmas a funcionar, com ligação directa à esquadra mais próxima do local onde se encontra a câmara. Serão necessárias 50 câmaras de vídeo- vigilância e quatro equipas da empresa da PROSEGUR, que coloquem as câmaras nos locais estratégicos e quatro agentes da PSP, responsáveis por fornecer a cada equipa, a informação dos locais onde deverão de ser implementadas e a qual esquadra deverá estar ligada; Esta ação deverá ser realizada nos dois primeiros meses do plano, num período de horário de seis horas diárias, dado que deverá existir uma conformidade com a carga horária das duas entidades;

10. Maior vigilância na área selecionada, através de maior policiamento apeado da PSP:

-A equipa MIPP da PSP deverá fazer um maior patrulhamento da área a trabalhar, de forma a envolver a comunidade para um trabalho de equipa e de forma a transmitir um maior sentimento de segurança aos moradores; Os intervenientes serão a equipa dos MIPP/PSP; Todos os materiais necessários são atualmente utilizados pela PSP; Serão necessários quatro agentes que integram a equipa dos MIPP/PSP; Esta ação deverá ser realizada durante todo o plano interventivo, duas vezes por semana, doze horas por dia, tendo em conta a carga horária dos intervenientes e os restantes casos, pelos quais estão responsáveis, sendo que estes dias deverão ser escolhidos, de acordo com a maior incidência de casos relatados de roubos a residências, ficando este ponto à responsabilidade dos intervenientes.

11. Reforço do sentimento de segurança dos moradores e diminuição das oportunidades de crime:

-È pretendido que os moradores reforcem a segurança às suas casas, através de técnicas de prevenção situacional, que dificultem a entrada de pessoas nas suas residências, com o objetivo de roubar, e diminuir as oportunidades destes recorrerem ao delito, através de uma explicação que deverá ser dada pela PSP de como aumentar a segurança nas residências (ver ANEXO 4); Contar-se-á com a equipa MIPP/PSP, com todos os moradores do setor a trabalhar e um Criminólogo; Todos os materiais necessários são atualmente utilizados pela PSP; Será necessária a Equipa MIPP, de forma a fornecer as informações necessárias aos moradores, bem como um Criminólogo que

deverá acompanhar sempre esta equipa, caso alguma dúvida surja; Esta estratégia deverá ser posta em funcionamento aquando a implementação da estratégia número 3 e 4, dependendo da situação e da possibilidade do morador se poder deslocar às ações de formação.

### **6.8- Recursos Humanos e Materiais**

È pretendido criar uma equipa multidisciplinar que conte com Oficiais da Polícia de Segurança Pública, nomeadamente a equipa MIPP da PSP, que conta com quatro agentes oficiais e o chefe de equipa, encarregues do trabalho de campo, mais quatro agentes responsáveis pela transmissão da informação necessária para colocar as câmaras de vídeo – vigilância e pela transmissão de som e imagem a partir da esquadra; Dois Criminólogos; Seis Assistentes Sociais; Quatro equipas da PROSSEGUR, constituídas, cada uma, por três indivíduos e Dois Psicólogos.

Todos estes Recursos Humanos resultam de uma parceria e do patrocínio de certas entidades, como a Universidade Fernando Pessoa (UFP), Polícia de Segurança Pública (PSP), Junta de Freguesia de Ramalde (JFR), Rádio Festival, RTP e o Jornal de Notícias (JN).

A nível material, serão necessários materiais como: duas salas de aula; 500 folhas A4; 50 folhas A3; 150 câmaras de vídeo vigilância; Fotocopiadora a cores; Computador; Dois Projetores. Todos estes Recursos Materiais resultam de uma parceria e patrocínio de certas entidades como a Universidade Fernando Pessoa (UFP), Polícia de Segurança Pública (PSP), Junta de Freguesia de Ramalde (JFR), Rádio Festival, RTP e o Jornal de Notícias (JN), Média Market e Worten.

### **VII- Orçamento**

Este projeto e a sua implementação contará com o patrocínio de várias empresas, que disponibilizarão os materiais necessários para o seu bom funcionamento. Em relação às folhas A4 e A3, ao computador e à fotocopiadora a cores, contar-se-á com a parceria da Junta de Freguesia de Ramalde e o patrocínio da MédiaMarket, em relação às câmaras de vídeo- vigilância e aos Projetores, estes serão disponibilizadas pela Worten e as salas de aula serão fornecidas pela escola primária onde se encontrem.

## **7.1- Recursos Humanos**

Os recursos humanos ficarão ao cargo da parceria com várias entidades. Nomeadamente da Polícia de Segurança Pública em relação à Equipa MIPP da PSP que conta com quatro agentes oficiais e o chefe de equipa encarregues do trabalho de campo, mais quatro agentes; Parceria com a Universidade Fernando Pessoa relativamente a dois Criminólogos, dois Psicólogos e seis Assistentes Sociais; Parceria com a PROSSEGUR que disponibilizará quatro equipas da PROSSEGUR, constituídas, cada uma, por três indivíduos; Parceria com a Junta de Freguesia de Ramalde em relação a uma equipa da Junta de Freguesia de Ramalde, em que, na qual, esteja incluído o responsável da Junta;

## **7.2- Recursos Materiais:**

- Serão necessárias 500 folhas A4; 50 folhas A3; 50 câmaras de vídeo vigilância;

<b>Material:</b>	<b><u>Quantidade:</u></b>	<b><u>Preço Unitário</u></b>
Folhas A4	500	(resma) 3.70€
Folhas A3	50	(conjunto de 50 folhas)1.30€
Câmaras de vídeo vigilância	50	300€
Projedor	2	270€
<b>Total:</b>		<b>15.545€</b>

Alguns materiais não constam da lista, como a fotocopiadora e o computador por serem materiais já existentes na Junta de Freguesia de Ramalde. Assim, consta apenas no quadro os materiais necessários a obter.

Total de material: 15.545€

Valor total do plano: 15.545€

## VIII- Cronograma

Duração total do plano: 12 meses a partir do dia 1 de Janeiro de 2013;

Local a ser implementado: Freguesia de Ramalde - Setor dos Castelos

Planificação: Janeiro de 2013

	<u>Dias:</u>	1-3	3-12	13-16	17-22	23-29	30-5
Pesquisa bibliográfica							
Recolha de dados							
Definição de objetivos							
Definição de estratégias							
Definição de Materiais e Recursos							
Definição do Orçamento							
Definição do Cronograma							
Disseminação							

## Plano de Prevenção

2013

S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D		
<b>JANEIRO</b>							<b>FEVEREIRO</b>							<b>MARÇO</b>							<b>ABRIL</b>								
	1	2	3	4	5	6	4	5	6	7	8	9	10	4	5	6	7	8	9	10	1	2	3	4	5	6	7		
7	8	9	10	11	12	13	11	12	13	14	15	16	17	11	12	13	14	15	16	17	8	9	10	11	12	13	14		
14	15	16	17	18	19	20	18	19	20	21	22	23	24	18	19	20	21	22	23	24	15	16	17	18	19	20	21		
21	22	23	24	25	26	27	25	26	27	28				25	26	27	28	29	30	31	22	23	24	25	26	27	28		
28	29	30	31																		29	30							
<b>MAIO</b>							<b>JUNHO</b>							<b>JULHO</b>							<b>AGOSTO</b>								
			1	2	3	4	5	3	4	5	6	7	8	9	1	2	3	4	5	6	7				1	2	3	4	
6	7	8	9	10	11	12	10	11	12	13	14	15	16	8	9	10	11	12	13	14	5	6	7	8	9	10	11		
13	14	15	16	17	18	19	17	18	19	20	21	22	23	15	16	17	18	19	20	21	12	13	14	15	16	17	18		
20	21	22	23	24	25	26	24	25	26	27	28	29	30	22	23	24	25	26	27	28	19	20	21	22	23	24	25		
27	28	29	30	31										29	30	31					26	27	28	29	30	31			
<b>SETEMBRO</b>							<b>OUTUBRO</b>							<b>NOVEMBRO</b>							<b>DEZEMBRO</b>								
						1		1	2	3	4	5	6							1	2	3							1
2	3	4	5	6	7	8	7	8	9	10	11	12	13	4	5	6	7	8	9	10	2	3	4	5	6	7	8		
9	10	11	12	13	14	15	14	15	16	17	18	19	20	11	12	13	14	15	16	17	9	10	11	12	13	14	15		
16	17	18	19	20	21	22	21	22	23	24	25	26	27	18	19	20	21	22	23	24	16	17	18	19	20	21	22		
23	24	25	26	27	28	29	28	29	30	31				25	26	27	28	29	30		23	24	25	26	27	28	29		
30																					30	31							

**Legenda de atividades:**

	Formação à PSP, sobre o funcionamento dos MIPP
	Formação à PSP, acerca do modo de interpretação dos factos relatados
	Esclarecimento às pessoas, acerca do plano preventivo (casas e rua)
	Ação de formação às pessoas do setor, sobre como evitar o roubo à sua residência
	Acção de formação às pessoas do setor, sobre como lidar com um roubo
	Dinamização dos MIPP
	Divulgação do problema e forças de atuação
	Divulgação na rádio, televisão e jornais
	Implantação de vídeo- vigilância
	Vigilância apeada
	Planificação do Projeto

## **IX- Avaliação do Projeto**

O projeto apresentado foi idealizado com vista a ser viável. Todos os objetivos e estratégias decorrem de um processo bem ponderado, de forma a todos os itens serem de possível realização através do financiamento por parte dos patrocinadores envolvidos. Assim, todo este projeto apresenta ideias que, têm em vista o sucesso.

Todas as estratégias foram pensadas para poderem ser implementadas e apresentarem elevadas taxas de sucesso, sendo que a motivação dos intervenientes acarreta no autor deste projeto uma grande responsabilidade, pois este tem de saber motivar e manter motivados todos os intervenientes no plano.

Relativamente à taxa de desistência ou não adesão dos intervenientes, considera-se que esta será bastante reduzida pois, através das ações de formação e das explicações dos formadores, os moradores que irão intervir no plano perceberão que este è um plano dirigido a eles, com o intuito de melhorar a sua qualidade de vida e a sua segurança.

Um dos problemas iniciais deste projeto è a sua curta duração, no entanto, considera-se que este não tem de ser exclusivamente um ponto negativo pois, sendo um modelo experimental, servirá como base e ponto de partida para outros projetos idênticos, em áreas que se considerem pertinentes.

Como avaliação do plano, è proposto a todos os intervenientes uma avaliação mensal acerca da participação das pessoas nas ações de formação, avaliações às ocorrências da PSP numa tentativa de verificar se diminuíram ou aumentaram e ainda deverão fazer-se reuniões com todos os intervenientes, de forma a estes darem o seu parecer do decorrer do plano, que ficará anotado pelos técnicos e que também servirá como avaliação do mesmo.

Relativamente à avaliação do sucesso do plano, foi elaborada uma grelha de avaliação do plano preventivo (ANEXO 8) que irá avaliar de forma quantitativa e qualitativa, o sucesso do mesmo pelos técnicos, de acordo com as informações obtidas, através das formas descritas no ponto acima referido. Por fim, existirá ainda uma grelha de avaliação final do projeto (ANEXO 9) que, tem como finalidade avaliar o sucesso global do mesmo, sendo que esta será feita de forma qualitativa e quantitativa e dirá respeito a todo o plano, que terá de ser realizado por todos os técnicos responsáveis pelo

projeto e realizado de forma conjunta, sendo que para tal acontecer, todos deverão de chegar a uma conclusão unânime.

Por fim, será realizada uma reunião final na escola escolhida, com vista a dar a conhecer a todos os intervenientes o resultado final do plano, bem como os efeitos gerados pelo mesmo.

## **X- Análise Crítica do Projeto**

Todos os objetivos descritos ao longo do projeto verificaram-se difíceis de alcançar, no entanto possíveis, pois apesar de este projeto apresentar algumas fragilidades, estas não colocam em risco todos esforços implementados.

As fragilidades revelaram-se inicialmente, com a falta de bibliografia nacional sobre a temática, tendo sido apenas possível recorrer a dados estatísticos portugueses e a autores teóricos estrangeiros. No entanto, è possível aplicar algumas das noções teóricas estrangeiras à realidade portuguesa tendo sido essas mesmas escolhidas e revistas, para fazerem parte deste projeto.

Este enquadramento teórico veio a revelar como funciona todo o processo na mente de um assaltante de residências, o porquê de recorrerem a esta tipologia criminal, de que forma o fazem, com quem e quando, tendo sido para isso, necessário recorrer às duas facetas da Criminologia: o cariz Ambiental e o cariz Etiológico, estas que se interligaram e possibilitaram a resposta às perguntas feitas inicialmente, na introdução deste Projeto de Graduação.

O plano apresenta incógnitas e dúvidas que só com o decorrer do mesmo se poderão tirar, nomeadamente em relação à receptividade dos intervenientes, dado que se está perante uma comunidade muito próxima uma da outra, sedentária, e muito habituada a resolver problemas “entre muros”. No entanto, este ponto pode-se revelar uma mais-valia pois, ao explicitar todas as vantagens do plano às pessoas da área, è possível que a informação passe para o resto da comunidade, devido a esta mesma aproximação.

Relativamente ao orçamento, este è perfeitamente aceitável devido a todas as possibilidades de melhoria de qualidade de vida a todos os intervenientes, tornando a sua aceitação e aplicação possível dado que, para além destas vantagens, conta-se ainda com a Polícia de Segurança Pública, com a parceria da Universidade Fernando Pessoa, com a Junta de Freguesia de Ramalde e com outras entidades que tornam o plano ainda mais viável.

Seria então do interesse de qualquer autarquia, levar a cabo este plano pois, além das vantagens do mesmo, explicitadas ao longo do projeto, trata-se de um investimento de apenas cerca de 20.000 euros.

Sendo assim, todo o orçamento è aceitável e um envolvimento das entidades convidadas iria demonstrar um interesse na prevenção do crime na área, bem como um interesse no bem-estar comunitário e na sua segurança.

No final do plano de intervenção è pretendido que todas as atividades enunciadas no projeto tenham continuação e, se possível, que haja um alargamento do plano a várias áreas.

## **Conclusões Finais**

O objetivo deste Projeto de Graduação foi, desde o início, dar a conhecer a tipologia do roubo a residências, de forma a que, numa fase posterior, pudesse ser combatida através de um plano de prevenção.

O enquadramento teórico revelou-se uma mais-valia e um contributo necessário e muito importante para conhecer a realidade desta problemática e, apesar de algumas dificuldades que foram sentidas como encontrar bibliografia portuguesa da temática, foi conseguido fazer uma aplicação da mesma estrangeira à sociedade portuguesa. As dificuldades académicas sentidas, para além deste ponto acabado de referir, baseiam-se em arranjar uma forma de realizar um plano preventivo, que englobasse ideias de outros planos já implementados noutras áreas, mas de forma renovada e atualizada, bem como perceber até que ponto esta aplicação poderia ser feita na área escolhida. Assim, estas dificuldades, apesar de sentidas, tornaram-se uma forma de motivação para a autora em arranjar soluções, o que permite dizer que apesar destas limitações, foi permitido à mesma, desenvolver e aperfeiçoar as opiniões críticas acerca do tema.

Desta forma, este projeto poderá servir como um contributo no desenvolvimento e desempenho de futuros planos preventivos da mesma temática, pois com o seu decorrer, foi possível verificar que apesar deste tipo de criminalidade ter vindo a aumentar, ainda são escassos os estudos nesta área e é importante que ganhe visibilidade na comunidade científica e na sociedade em geral, sendo que só o facto de ser visível já é um terço de caminho para uma intervenção sólida e bem delineada.

## **Bibliografia:**

Andresen, M., Wuschke K, Kinney, J., Brantingham, P., Brantingham, P. (2009). *Crime Patterns and Analysis: Cartograms, crime, and location quotients* . Vol. 2. Simon Fraser University. Ed: Jeffery T. Walker. University of Arkansas. USA, Little Rock.

Batitucci, E., (2010). A evolução institucional da Polícia no século XIX: Inglaterra, Estados Unidos e Brasil numa perspectiva comparada. *Revista Brasileira de Segurança Pública*. 4 Edição. Brasil.

Bernasco, W. S.D. *Effects of attractiveness, opportunity and accessibility to burglars on residential burglary rates of urban neighborhoods*. Netherlands Institute for the study of crime and law enforcement (NSCR).

Bernasco, W. (2008). *Crime Patterns and Analysis: Foraging strategies of homo criminalis: Lessons from behavioral ecology*. Vol. 1. Ed: Jeffery T. Walker, University of Arkansas, USA, Little Rock.

Bernasco, W. (2009). *Crime Patterns and Analysis: Foraging strategies of homo criminalis: Lessons from behavioral ecology*. Vol. 2. Netherlands Institute for the study of crime and law enforcement (NSCR).

Bernasco, W. (2010) *A sentimental journey to crime: Effects of residential history on crime location choice*. Netherlands Institute for the study of crime and law enforcement (NSCR).

Bernasco, W. e Block, R. (2009). *Where Offenders Choose to Attack: A Discrete Choice Model of Robberies in Chicago*. S.L. S.E.

Blocher, D. (1987). *The professional counselor*. New York, Macmillan.

Brantingham, P. and P. Brantingham (2008). "Crime pattern theory". In: Wortley R. E Mazerolle L. *Environmental Criminology and Crime Analysis*. Portland, Willan Publishing.

Brantingham, P.J. and P.L. Brantingham (1975). *Urban studies: Residential burglary and urban form*. Urban studies. S.L. S.E.

Canter, D. & Larkin, P. (1993). "The environmental range of serial rapists". *Journal of environmental Psychology*. S.L.

Canter, D. (1989). "Offender Profiles. The Psychologist" in: Canter, D e Youngs, D. (2009). *Investigative Psychology: Offender Profiling and the Analysis of Criminal Action*. S.L. John Wiley & Sons. LDA.

Clarke , R., Eck, J.( 2005) *Crime Analysis for Problem Solvers in 60 small steps*. S.L., S.E.

Cohen, L. e Felson, M. (1979). "Social Change and Crime Rate Trends: A Routine Activity Approach." *American Sociological Review*. Environmental Criminology and Crime Analysis (ECCA) symposiums. Crime Patterns.

Felson, M., Clarke, R. (1998). *Opportunity Makes the Thief Practical theory for crime prevention*. Police Research Series Paper. Ed: Barry Webb Home Office Policing and Reducing Crime Unit Research, Development and Statistics Directorate 50 Queen Anne's Gate London.

Freitas, G. (1998). "Do crime de poluição", in: Freitas, Vladimir Passos de. (org) *Direito ambiental em evolução*. Curitiba, Juruá.

Hindelang M., Gottfredson, M. (1978). "Sociological Aspects of Criminal Victimization". *Annual Review of Sociology*. Journal of Criminal Policy and Research.

Lizotte, A. J. (1985). *The uniqueness of rape: Reporting assaultive violence to the police*. Crime Delinquence. London, Waveland Press.

Malleson N. & Brantingham, P. (2009). *Prototype burglary simulations for crime. Reduction and forecasting*. S.L, S.E.

Malleson N., Heppenstall A., See L., Evans A. (2009). *Using an Agent-Based Crime Simulation to Predict the Effects of Urban Regeneration on Individual Household Burglary Risk*. School of Geography University of Leeds.

Mccord, E., Ratcliffe, J., Garcia, R., Taylor, R., (2007). "Non residential Crime Attractors and Generators Elevate Perceived Neighborhood Crime and Incivilities" *Journal of Research in Crime and Delinquency*. Vol. 44. Temple University. Sage Publications.

McDermott, J. (1979). *Rape Victimization in 26 American Cities*. Washington, U.S. Government Printing Office.

[Nelson](#),G. e [Prilleltensky](#), I. (2005). *Community psychology: In pursuit of liberation and well-being*. Houndmills. UK, Palgrave Macmillan.

Park, R e Burgess E. (1925). *The city*. Chicago, University of Chicago Press.

Polícia de Segurança Pública, Artigo facultado em ficheiro Word acerca do funcionamento e hierarquização da PSP.

Polisenska, V. (1981). *Burglars: Personality and Spatial Behaviour*. Mgr,msc.

Rappaport, J. (1981). In praise of paradox: A social policy of empowerment over prevention. S.L., *American Journal of Community Psychology*.

Ratcliffe J. e Mccord, E. (2009). *Crime Patterns and Analysis: USA intensity value analysis and the criminogenic effects of land use features on local crime patterns*. Vol. 2. Temple University. Ed.: Jeffery T. Walker. University of Arkansas, Little Rock.

Ratcliffe, J. (2006) *Journal of Research in Crime and Delinquency*: "A Temporal Constraint Theory to Explain Opportunity-Based Spatial Offending Patterns". S.L., Sage publications.

Relatório Anual de Segurança Interna (2011). Sistema de Segurança Interna. Gabinete do Secretário Geral.

Repetto, T. G. (1974). *Residential Crime*. Cambridge, Ballinger.

Rossmo, K. (2000). *Geographic Profiling*. Boca Raton, CRC Press.

Sarangi, S., Youngs, S., (2006). *Spatial Patterns of Indian Serial Burglars with Relevance to Geographical Profiling Centre for Investigative Psychology*. School of Psychology. UK, University of Liverpool.

Scully, D e Marolla J., (1985). *Riding the bull at Gilley`s: Convicted Rapists Describe the Reward of Rape*. Social Problems. California, University of California Press.

Shalev, K. *The Circle Hypothesis Revisited: Modelling Property Offenders' Spatial Behaviour Using Sketch Maps*. University of Portsmouth. Institute of Criminal Justice Studies.

Townsley, M. (2010). *Crime patterns and analysis: Visualising space time patterns in crime: The hotspot plot*. Vol. 3. Ed: Jeffery T. Walker. University of Arkansas. USA, Little Rock.

Warr , M. (1998) *Journal of quantitative criminology: Rape, burglary, and opportunity*. Vol. 4. Department of Sociology. University of Texas at Austin. Austin, Texas.

Wright, R. and Decker S. (1994). *Burglars on the Job*. Boston, Northeastern University Press.

### **Sites consultados:**

Junta de Freguesia de Ramalde em: <http://www.jf-ramalde.pt/asp/paginas.aspx?id=11>

Polícia de Segurança Pública em:  
<http://www.psp.pt/Pages/programasespeciais/pipp.aspx?menu=1> (consultado a 4 de Julho de 2012)

## **ANEXOS**

**ANEXO 1**

Levantamento Demográfico do Setor dos Castelos

**Rua dos Castelos:**

<b>Tipo de Casa:</b>	<b>Nºs Associados</b>	<b>Total:</b>
<b>Casas Unifamiliares habitadas:</b>	2,25,18,27,33,28,34,41,44,46 (4 casas), 61,63,65,71,73,62,79,85,91,5,6,9,102,107,113,115,108,131,124,138,153,161,163,169,176,181,183,186,185,299,198,207,204,206,208,222,242,303,335,341,389,397,403,427,451,476,468.	60
<b>Casas Devolutas:</b>	36,47,49,1,2,3,3A,4,7,8,94,121,191,256,305,309,379.	17
<b>Apartamentos:</b>	62 (13 apart.), 219 (3 apart.), 233 (6 apart.), 247 (16 apart.), 297 (8 apart.), 315 (12 apart.), 345 (4 apart.), 369 (5 apart.), 375 (8 apart.), 407 (4 apart.), 435 (3 apart.), 445 (3 apart.), 459 (11 apart.), 464 (5 apart.), 55 (6 apart.), 450 (6 apart.).	113
<b>Comércio:</b>	23,37,113,241, 249, lojas1,2,4, 7,10,11,13,16,24,26 e 28;29,30,31,32, 295,299,301,373,411,431,439,443,12,60,248,268,436	32
<b>Comércio Devoluto:</b>	96,135,231,lojas 3,6, espaço junto ao nº6,8,9,12,14,15,17,18,19,20,21,23,27,33,35,36,37,38, 345 A, espaço junto ao nº 403, 411	26
<b>Instituições:</b>	SCMP- Quinta da Prelada ( em processo de requalificação)	1

**Total: 248**

**Rua do Lugarinho**

<b>Tipo de Casa:</b>	<b>Nºs Associados</b>	<b>Total:</b>
<b>Casas Unifamiliares habitadas:</b>	0	0
<b>Casas Devolutas:</b>	0	0
<b>Apartamentos:</b>	324 (16 apart.), 312 (16 apart.), 302 (12 apart.).	44
<b>Comércio:</b>	3	3
<b>Comércio Devoluto:</b>	330	1
<b>Instituições</b>	0	0

**Total: 48**

**Rua Castelo de Guimarães**

<b>Tipo de Casa:</b>	<b>Nºs Associados</b>	<b>Total:</b>
<b>Casas Unifamiliares habitadas:</b>	303,297,300,296,277,280,274,263,257 (2 casas),243,221,215,91,197,191,177,171,157,163,164,147,146,138,140,120,116,114,106,104,98,15,14,17,34,42,46,48,52,54,56,62,64,66,76,78,80 (2 casas).	48
<b>Casas</b>	248,130,124	3

<b>Devolutas:</b>		
<b>Apartamentos:</b>	214 (3 apart.),278 (3 apart.), 272 (2 apart.)264 (2 apart.),150 (3 apart.),140(2 apart.).	15
<b>Comércio:</b>	0	0
<b>Comércio Devoluto:</b>	0	0
<b>Instituições:</b>	Escola Eb1/JI dos Castelos	1

**Total: 67**

**Rua Padre António Soares Pacheco**

<b>Tipo de Casa:</b>	<b>Nºs Associados</b>	<b>Total:</b>
<b>Casas Unifamiliares habitadas:</b>	7,6,5,9,10,11,12,4,17,15,2,	11
<b>Casas Devolutas:</b>	0	0
<b>Apartamentos:</b>	0	0
<b>Comércio:</b>	0	0
<b>Comércio Devoluto:</b>	0	0
<b>Instituições:</b>	0	0

**Total: 12**

**Rua Castelo Numão**

<b>Tipo de Casa:</b>	<b>Nºs Associados</b>	<b>Total:</b>
<b>Casas Unifamiliares habitadas:</b>	18,62	2
<b>Casas Devolutas:</b>	0	0
<b>Apartamentos:</b>	19 (5 apart.), 39 (3 apart.), 43 (3 apart.),55 (4 apart.),75 (8 apart.)58 (3 apart.), 56 (3 apart.), 44 (3 apart.),42 (4 apart.), 28 (3 apart.), 22 (5 apart.), 14 (4 apart.), 10 (4 apart.).	52
<b>Comércio:</b>	35,37,47,48.	4
<b>Comércio Devoluto:</b>	50,32.	2
<b>Instituições:</b>	25 Unidade de Saúde do Carvalhido	1

**Total: 61**

**Praça Exército Libertador**

<b>Tipo de Casa:</b>	<b>Nºs Associados</b>	<b>Total:</b>
<b>Casas Unifamiliares habitadas:</b>	0	0

<b>Casas Devolutas:</b>	0	0
<b>Apartamentos:</b>	57( 5 apart.)	5
<b>Comércio:</b>	58	1
<b>Comércio Devoluto:</b>	0	0
<b>Instituições:</b>	Residência Paroquial do Carvalhido nº 55 e 53	1

**Total: 7**

**Rua da Prelada**

<b>Tipo de Casa:</b>	<b>Nºs Associados</b>	<b>Total:</b>
<b>Casas Unifamiliares habitadas:</b>	145,13,114,106,98,56,2,100	8
<b>Casas Devolutas:</b>	1,8,12	3
<b>Apartamentos:</b>	149 (4 apart.),140 (1 apart.) 22 (2 apart.), 18 (2 apart.)	9
<b>Comércio:</b>	138,118 e 116,110,102,100,90,92, 20,14,5 e 9,21,29,31, 37,111,115 a 123,149,151	18
<b>Comércio Devoluto:</b>	46,44,36,28,33	5
<b>Instituições:</b>	141 Centro de Atividades - Instalações Paroquiais 140 – Lions Clube do Porto	2

**Total: 45**

**Rua Monte dos Burgos**

**Casas Devolutas: nº. 21, 19, 11, 9 (sem caixa de correio esta) Total: 4**

**Rua do Carvalhido**

<b>Tipo de Casa:</b>	<b>Nºs Associados</b>	<b>Total:</b>
<b>Casas Unifamiliares habitadas:</b>	223, 221, 217, 179, 161, 157, 155, 121, 119, 183, 249, 109, 105,97,87,81,75,69,49,45,41;	21
<b>Casas Devolutas:</b>	233, 227, 25, 225	4
<b>Apartamentos:</b>	139 (3 apart.), 133 (3 apart.), 129(2 apart.), 67 (3 apart.), 23 (3 apart.)	14
<b>Comércio:</b>	261 e 253, 237, 159, 149, 131, 127, 125 e 123, 117 e 115, 113, 103, 99, 79, 63, 37 e 55, 33, 27, 21, 15	18
<b>Comércio Devoluto:</b>		0
<b>Instituições:</b>	187 UDIPSS- Porto; 251 Club Sportivo Nun`alvares;	2

**Total:59**

**Rua Sarmiento de Beires**

<b>Tipo de Casa:</b>	<b>Nºs Associados</b>	<b>Total:</b>
<b>Casas Unifamiliares habitadas:</b>	18, 37 (possui uma campainha)	2
<b>Casas Devolutas:</b>	-	0
<b>Apartamentos:</b>	335 (10 apart.), 319 (20 apart.), 280 (86 apart.), 238 (12apart.), 224 (12 apart.), 92 (8 apart.), 74 (8 apart.), 45 (8 apart.), 27 (6 apart.)	170
<b>Comércio:</b>	339, 323, 336A, 336B, 336C, 336E, 336F, 326, 274, 266, 264, 246, 218, 170, 108, 98, 84, 82 e 42 e 70.	18
<b>Comércio Devoluto:</b>	333, 336 D, 328, 278, 230	5
<b>Instituições:</b>	204 Calvário do Carvalhido;	1

**Total: 196**

**Travessa da Prelada**

<b>Tipo de Casa:</b>	<b>Nºs Associados</b>	<b>Total:</b>
<b>Casas Unifamiliares habitadas:</b>	540, 577, 598, 132, 124, S/n, 72, 68, 38	9
<b>Casas Devolutas:</b>	S/n, 570	2
<b>Apartamentos:</b>	146 (2 apart.), 166 (12 apart.), 140 (6 apart.)	20
<b>Comércio:</b>	164, 174 e 172, 106, 151	4
<b>Comércio Devoluto:</b>	82, 154	2
<b>Instituições:</b>		0

**Total:37**

**Av. Conselho da Europa**

<b>Tipo de Casa:</b>	<b>Nºs Associados</b>	<b>Total:</b>
<b>Casas Unifamiliares habitadas:</b>	0	0
<b>Casas Devolutas:</b>	0	0
<b>Apartamentos:</b>	9 (38 apart.), 61 (35 apart.)	73
<b>Comércio:</b>	61C, 56, 55, 54, 43, 42, 41 26, 25 e 21, 20, 19, 35A, 35E	13
<b>Comércio Devoluto:</b>	61A, 61B, 61C, 53, 40, 35B, 35C, 35D, 28	9
<b>Instituições:</b>	0	0

**Total:95**

**Rua Castelo de Penedono**

<b>Tipo de Casa:</b>	<b>Nºs Associados</b>	<b>Total:</b>
<b>Casas Unifamiliares habitadas:</b>	8, 76, 82	3
<b>Casas Devolutas:</b>	0	0
<b>Apartamentos:</b>	22 (3 apart.), 24 (3 apart.), 38 (3 apart.), 46 (6 apart.), 51 (5 apart.), 58 (6 apart.), 68 (3 apart.), 78	38

	(3 apart.), 80 (3 apart.), 90 (3 apart.),	
<b>Comércio:</b>	0	0
<b>Comércio Devoluto:</b>	0	0
<b>Instituições:</b>	0	0

**Total: 41**

**Rua Castelo de Lanhoso**

<b>Tipo de Casa:</b>	<b>Nºs Associados</b>	<b>Total:</b>
<b>Casas Unifamiliares habitadas:</b>	164, 158, 142, 141, 135, 121, 120, 115, 114, 98, 97, 92, 91, 77, 78, 72, 71, 64, 55, 48, 47, 42,34, 31, 24, 27, 11a, 11b, 12, 9, 6	31
<b>Casas Devolutas:</b>	134, 97 <sup>a</sup>	2
<b>Apartamentos:</b>	0	0
<b>Comércio:</b>	0	0
<b>Comércio Devoluto:</b>	0	0
<b>Instituições:</b>	0	0

**Total: 33**

**Rua Castelo de Guimarães**

<b>Tipo de Casa:</b>	<b>Nºs Associados</b>	<b>Total:</b>
<b>Casas Unifamiliares habitadas:</b>	303,297,300,296,277,280,274,263,257(2 casas) 243,221, 215,91,197,191,177,171,157,163,164,147,146,138,140,120, 116,114,106,104,98,15,14,17,34,42,46,48,52,54,56, 62,64,66,76,78,80 (2 casas)	48
<b>Casas Devolutas:</b>	248,130,124	3
<b>Apartamentos:</b>	214 (3 apart.),278 (3 apart.), 272 (2 apart.)264 (2 apart.),150 (3 apart.),140(2 apart.).	15
<b>Comércio:</b>	0	0
<b>Comércio Devoluto:</b>	0	0
<b>Instituições:</b>	Escola EB!/JI dos Castelos	1

**Total: 67**

**Rua Castelo da Feira**

<b>Tipo de Casa:</b>	<b>Nºs Associados</b>	<b>Total:</b>
<b>Casas Unifamiliares habitadas:</b>	2, 7, 6, 12, 17a, 17b, 28, 22, 48, 61, 18, s/n, 68, 75, 76, 81, 73, 96, 72, 110, 118, 136	22
<b>Casas Devolutas:</b>	s/n, 11	2
<b>Apartamentos:</b>	0	0
<b>Comércio:</b>	0	0
<b>Comércio Devoluto:</b>	0	0
<b>Instituições:</b>	0	0

**Total: 23**

Rua Castelo Faria

<b>Tipo de Casa:</b>	<b>Nºs Associados</b>	<b>Total:</b>
<b>Casas Unifamiliares habitadas:</b>	3, 24, 31, 43, 42, 53, 52, 64, 63, 73, 74, 87, 88, 95, 94, 109, 110, 117, 116, 132, 131, 137, 138, 153, 159, 160, 174, 180, 196	29
<b>Casas Devolutas:</b>	9, 154, 202	3
<b>Apartamentos:</b>	0	0
<b>Comércio:</b>	0	0
<b>Comércio Devoluto:</b>	0	0
<b>Instituições:</b>	0	0

**Total: 32**

**Total:**

<b>Casas Unifamiliares habitadas:</b>	246
<b>Casas Devolutas:</b>	40
<b>Apartamentos:</b>	553
<b>Comércio:</b>	112
<b>Comércio Devoluto:</b>	51
<b>Instituições:</b>	9
<b>TOTAL:</b>	<b>1011</b>

**ANEXO 2**

Foto do Setor dos Castelos



**ANEXO 3**

Lista de Arruamentos



**ANEXO 4**

Flyer informativo dos MIPP/PSP

## PROGRAMA INTEGRADO DE POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE



PROGRAMA ESCOLA SEGURA  
APOIO AO IDOSO - 65  
COMERCIO SEGURO  
VIOLENCIA DOMESTICA

**POLÍCIA**  
SEGURANÇA PÚBLICA  
[www.psp.pt](http://www.psp.pt)



### QUEM SOMOS

Desenvolve nas suas áreas de intervenção práticas de Policiamento de Proximidade, com vista para a prevenção em geral e para uma próxima interação com os cidadãos e entidades locais, sem nunca esquecer os grupos de risco, desenvolvendo Programas especificamente adaptados, tais como:

Programa Escola Segura;  
Programa Apoio ao Idoso - 65;  
Programa Comércio Seguro;  
Programa Violência Doméstica

O Modelo do Policiamento de Proximidade e Policiamento de Segurança Pública dispõe de Agentes de Proximidade e de Apoio à Vítima (EPAV) e as Equipas de Proximidade e Apoio à Vítima (EPAV).

### CONHEÇA:

**Equipas de Proximidade e Apoio à Vítima (EPAV)**  
Cada agente ou agente de apoio à vítima é responsável pela segurança do respetivo sector no qual atua:

- Prevenção e vigilância em áreas comerciais;
- Vigilância em áreas residenciais maioritariamente habitadas por cidadãos idosos;
- Prevenção e Combate à violência doméstica;
- Apoio às vítimas de crime e acompanhamento pós-vitimação;
- Identificação de problemas que possam interferir na segurança dos cidadãos locais.

**Equipas do Programa Escola Segura**

São responsáveis pela:

- Segurança e vigilância nas áreas escolares;
- Prevenção da delinquência juvenil;
- Detecção de problemas que possam interferir na segurança dos cidadãos, no seio das comunidades escolares.

### PRÓXIMOS POR SI

Confie os Agentes de Proximidade junto da Esquadra da PSP da área da sua Residência.



Na próxima vez que estivermos perto de si, vamos ajudar.

Ajude-nos a ajudá-lo.

De preferência, faça os seus comentários sobre este ou outros assuntos, contactando-nos:  
T: +351 218 147 200  
F: +351 218 147 205  
E: [comunicacao@psp.pt](mailto:comunicacao@psp.pt)

**ANEXO 5**

Requerimento de parceria

➤ **REQUERIMENTO DE PARCERIA**

Exmo. Sr. Presidente da Junta de Freguesia de  
Ramalde \_\_\_\_\_

No âmbito de um plano de intervenção, designado “***Plano de prevenção de roubos a residências***” vimos por este meio solicitar Patrocínio /Parceria, por parte da Junta de Freguesia de Ramalde, com o programa de Intervenção em questão, que tem como principais objetivos, o aumento do sentimento de segurança por parte dos moradores da zona a trabalhar e a capacitação dos mesmos a saber lidar e a desviar situações de crime desta natureza.

Este plano existirá a título piloto e irá decorrer no Sector dos Castelos, na Freguesia de Ramalde, sendo que posteriormente pretende ser alargado aos restantes sectores da Freguesia. Esta iniciativa, irá decorrer num período de 12 meses, e é pretendido que o morador leve a cabo um determinado número de atividades a fim de promover a sua segurança, sendo que todas estas ficarão ao critério dos participantes.

Assim, solicitámos a disponibilização de recursos como:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**Os melhores cumprimentos,**

A organização,

Maria Isabel Vieira De Carvalho

**ANEXO 6**

Requerimento de patrocínio

➤ **REQUERIMENTO DE PATROCÍNIO**

Exmo. Sr. Presidente da empresa

---

No âmbito de um plano de intervenção, designado “***Plano de prevenção de Roubos a Residências***” vimos por este meio solicitar Patrocínio, por parte da sua empresa, para o programa de Intervenção em questão que, tem como principais objetivos, o aumento do sentimento de segurança por parte dos moradores da zona a trabalhar e a capacitação dos mesmos a saber lidar e desviar situações de crime desta natureza.

Este plano existirá a título piloto e irá decorrer no Sector dos Castelos, na Freguesia de Ramalde, sendo que, posteriormente, pretende ser alargado aos restantes sectores da Freguesia. Esta iniciativa, irá decorrer por um período de 12 meses, e é pretendido que o morador leve a cabo um determinado número de atividades a fim de promover a sua segurança, sendo que todas estas ficarão ao critério dos participantes.

Assim, solicitámos a disponibilização de recursos como:

---

---

---

**Os melhores cumprimentos,**

A organização,

Maria Isabel Vieira De Carvalho

**ANEXO 7**

Classificação para as avaliações

## ➤ CLASSIFICAÇÃO PARA AVALIAÇÃO DO PLANO

Esta tabela tem como objetivo orientar os técnicos na avaliação intermédia e na avaliação final do plano. Assim, serão descritas e explicitadas as diferentes classificações.

### Muito Bom

- Demonstram muito empenho e interesse;
- Elevada capacidade de dinâmica de grupo;
- Apresentam elevado espírito crítico;
- Tomam iniciativa e motivam outros a colaborar;
- São elementos relacionáveis com os demais elementos do grupo;

### Bom

- Apresentam espírito crítico;
- Demonstram empenho e interesse;
- Os elementos são dinâmicos e colaboradores;
- Tomam iniciativa;
- Existe dinâmica de grupo;

### Nem Bom Nem Mau

- Elementos que revelam relacionamentos medíocres com diferentes elementos do grupo;
- Elementos dinâmicos mas não colaboradores;
- Apresentam alguma iniciativa;
- Revelam moderada dinâmica de grupo;
- Apresentam espírito crítico, ainda que poucas vezes;
- Demonstram algum interesse;

### **Mau**

- Não são dinâmicos, mas são colaboradores;
- Apresentam pouco espírito crítico;
- Revelam pouca dinâmica de grupo;
- Não apresentam muita iniciativa;
- Demonstam fraco interesse;
- São elementos que revelam poucos tipos de relacionamento, com diferentes elementos do grupo;

### **Muito Mau**

- Não apresentam qualquer espírito crítico;
- Não revelam dinâmica de grupo;
- Não apresentam qualquer interesse;
- Não são dinâmicos nem colaboradores;
- São elementos que nunca revelam qualquer tipo de relacionamento com diferentes elementos do grupo;

**ANEXO 8**

Avaliação intermédia do plano preventivo (mensal)

➤ Avaliação mensal

A grelha de avaliação seguinte, tem como objetivo avaliar qualitativamente o desempenho e participação mensal da população, no plano de intervenção. Este será aplicado pelos responsáveis pelo plano, que deverão responder de forma verdadeira, de acordo com a observação dos participantes e com o dia estipulado no cronograma.

Data: / /

Assinatura do Responsável: \_\_\_\_\_

<b>Grelha de Avaliação do Programa de Prevenção</b>	<b>Muito Mau</b>	<b>Mau</b>	<b>N/ Bom N/ Mau</b>	<b>Bom</b>	<b>Muito Bom</b>
<b>Interesse demonstrado pela população</b>					
<b>Interação população-técnico e técnico-população</b>					
<b>Debate e espírito crítico da população</b>					
<b>Interação entre a população</b>					
<b>Recetividade e interesse pela população</b>					
<b>Financiamento por parte dos patrocinadores</b>					
<b>Criação de laços entre técnicos e a população</b>					
<b>Criação de laços entre a população</b>					
<b>Interpretação da finalidade do plano</b>					
<b>Espírito crítico demonstrado no decurso de todo o plano</b>					

O responsável pelo plano de intervenção,

Maria Isabel Vieira De Carvalho

**ANEXO 9**

Avaliação final do plano preventivo

## Procedimentos

A seguinte grelha de avaliação tem como objetivo avaliar qualitativamente o desempenho e participação da população, no final do plano de intervenção.

### Grelha de avaliação do plano de prevenção

Grelha de Avaliação do Programa de Prevenção	Muito Mau	Mau	N/bom N/Mau	Bom	Muito Bom
Interesse demonstrado pela população					
Interação população Polícia e Interação Polícia-população					
Interação população-técnico e técnico-população					
Debate e espírito crítico da população					
Interação entre a população					
Participação da população					
Recetividade e interesse pelo plano					
Participação de profissionais no plano					
Financiamento por parte dos patrocinadores					
Criação de laços entre a polícia e a população					
Criação de laços entre técnicos e a população					
Criação de laços entre a população					
Interpretação da finalidade do programa por parte da população					

Data: / /

Assinatura do Responsável: \_\_\_\_\_

O responsável pelo plano de Prevenção,

Maria Isabel Vieira De Carvalho

**ANEXO 10:**

Legislação

## Código Penal

### ➤ **Artigo 210.º - Roubo**

**1** - Quem, com ilegítima intenção de apropriação para si ou para outra pessoa, subtrair, ou constranger a que lhe seja entregue, coisa móvel alheia, por meio de violência contra uma pessoa, de ameaça com perigo iminente para a vida ou para a integridade física, ou pondo-a na impossibilidade de resistir, é punido com pena de prisão de um a oito anos.

**2** - A pena é a de prisão de três a quinze anos se:

a) Qualquer dos agentes produzir perigo para a vida da vítima ou lhe infligir, pelo menos por negligência, ofensa à integridade física grave; ou

b) Se verificarem, singular ou cumulativamente, quaisquer requisitos referidos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 204.º, sendo correspondentemente aplicável o disposto no n.º 4 do mesmo artigo.

**3** - Se do facto resultar a morte de outra pessoa, o agente é punido com pena de prisão de oito a dezasseis anos.

Para além deste, outros lhe são configuráveis, tais como:

### ➤ **Artigo 145.º - Ofensa à integridade física qualificada**

**1** - Se as ofensas à integridade física forem produzidas em circunstâncias que revelem especial censurabilidade ou perversidade do agente, este é punido:

a) Com pena de prisão até quatro anos no caso do artigo 143.º;

b) Com pena de prisão de três a doze anos no caso do artigo 144.º

**2** - São suscetíveis de revelar a especial censurabilidade ou perversidade do agente, entre outras, as circunstâncias previstas no n.º 2 do artigo 132.º

### ➤ **Artigo 153.º - Ameaça**

1 - Quem ameaçar outra pessoa com a prática de crime contra a vida, a integridade física, a liberdade pessoal, a liberdade e autodeterminação sexual ou bens patrimoniais de considerável valor, de forma adequada a provocar-lhe medo ou inquietação ou a prejudicar a sua liberdade de determinação, é punido com pena de prisão até 1 ano ou com pena de multa até 120 dias.

2 - Se a ameaça for com a prática de crime punível com pena de prisão superior a 3 anos, o agente é punido com pena de prisão até 2 anos ou com pena de multa até 240 dias.

3 - O procedimento criminal depende de queixa.

**ANEXO 11**

Quadros relativos á estatística

➤ **Quadro 1:**

<b>Tipologia:</b>	<b>Quantidade:</b>
Furtos variados	46.685
Furto em veículos motorizados	38.090
Furto em residência com arrombamento ou chave falsa	28.299
Furto em edifício comercial/industrial com arrombamento ou chave falsa	15.393
Furto por carteirista	11.325
Roubo na via pública (exceto esticção)	8.396
Roubo por esticção	7.918

➤ **Quadro 2:**

<b>Categoria:</b>	<b>Porcentagem:</b>
Crimes contra o Património	56% (228.26 ocorrências)
Crimes contra Pessoas	22.5%
Crimes contra a vida em sociedade	11.5%
Crimes previstos em legislação penal avulsa	8.2%
Crimes contra o estado	1.5%

➤ **Quadro 3:**

<b>Crime:</b>	<b>Número de participações:</b>
Roubo na via pública (exceto esticção)	8.396
Roubo por esticção	7.918
Roubo a residência	733
Roubo de viatura	392
Roubo a banca ou outro estabelecimento de crédito	89
Roubo em tesouraria ou estações de correio	37
Roubo a farmácias	107
Roubo a ourivesarias	137
Roubo em posto de abastecimento de combustível	250
Roubo a outros edifícios comerciais ou industriais	907
Roubo em estabelecimento de ensino	43
Roubo em transportes públicos	444

Roubo a transporte de valores	47
Outros roubos	853

➤ **Quadro 4:**

<b>Tipologia:</b>	<b>Número de casos em 2011</b>	<b>Número de casos em 2010</b>
Furtos variados	46.685	41.111
Furto em veículos motorizados	38.090	41.022
Furto em residência com arrombamento ou chave falsa	28.299	26.641
Furto em edifício comercial/industrial com arrombamento ou chave falsa	15.393	15.761
Furto por carteirista	11.325	10.732
Roubo na via pública (exceto esticção)	8.396	9.475
Roubo por esticção	7.918	6.532

➤ **Quadro 5:**

<b>Tipologia</b>	<b>Valor em relação a 2010:</b>	<b>Porcentagem em relação a 2010:</b>
Crime de furto em veículo	-2.932	-7.1%
Roubo na via pública	-1.079	-11.4%
Furto em estabelecimento de ensino	-203	-14.4%
Furto em residência	+1.658	+6.2%
Furto por carteirista	+593	+5.5%
Furto de veículo motorizado	-809	-4%
Outros furtos	+5.574	+13.6%
Roubo por esticção	+1.386	+21.2%

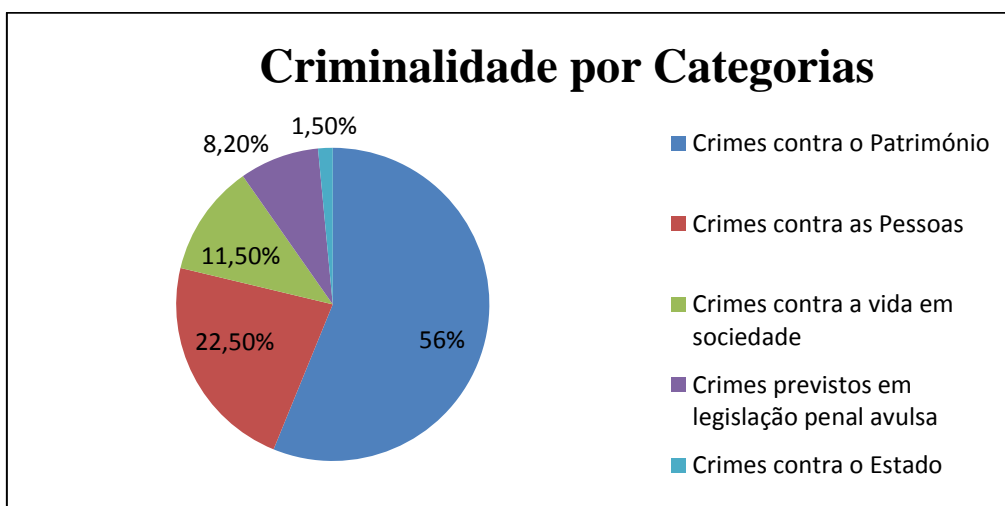
➤ **Quadro 6:**

<b><u>Tipo de crime:</u></b>	<b><u>Valor em relação ao ano de 2010:</u></b>
Roubo em estabelecimento de ensino	-44,9%
Roubo a transportes de valores	-31.9%
Roubo a farmácias	-28.2%
Roubo na via pública	-11.4%
Roubo por esticção	+21.2%
Roubo a ourivesarias	+14.2%
Roubo a residência	+7.3%

**ANEXO 12**

**Gráficos relativos à estatística**

➤ Gráfico 1



➤ Gráfico 2

